



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Gabriel Maia Anjos do Carmo

**Explorando a “Methodenstreit”:** uma revisão da “Disputa dos métodos” e investigação das influências intelectuais de Menger e Schmoller

Florianópolis

2024

Gabriel Maia Anjos do Carmo

**Explorando a “Methodenstreit”:** uma revisão da “Disputa dos métodos” e investigação das influências intelectuais de Menger e Schmoller

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof. Cassiano Ricardo Dalberto, Dr.

Florianópolis

2024

do Carmo, Gabriel Maia Anjos

Explorando a "Methodenstreit" : uma revisão da "Disputa dos métodos" e investigação das influências intelectuais de Menger e Schmoller / Gabriel Maia Anjos do Carmo ; orientador, Cassiano Ricardo Dalberto, 2024.

82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Metodologia. 3. História do pensamento econômico. 4. Escola Histórica Alemã. 5. Escola Austríaca. I. Dalberto, Cassiano Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Gabriel Maia Anjos do Carmo

**Explorando a “Methodenstreit”**: uma revisão da “Disputa dos métodos” e investigação das influências intelectuais de Menger e Schmoller

Florianópolis, 03 de dezembro de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.

UFSC

Profa. Brena Paula Magno Fernandez, Dra.

UFSC

Prof. Cassiano Ricardo Dalberto, Dr.

UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em [Economia / Relações Internacionais] por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Prof. Cassiano Ricardo Dalberto, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2024.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explorar a *Methodenstreit* para se compreender as origens das ideias metodológicas entre Carl Menger e Gustav Von Schmoller, tal qual seus pontos fundamentais de divergências, além de uma revisão histórica que visa explicitar os principais argumentos entre eles e, também, como este embate sobre método influenciou o pensamento econômico de economistas posteriores. Para que fosse possível ter um entendimento mais profundo das questões levantadas e discutidas neste evento, foi necessário compreender as origens intelectuais de ambos os autores, o que exigiu uma pesquisa que explorasse as visões filosóficas que influenciaram ambos os autores, levando a alguns nomes tanto do pensamento filosófico quanto do econômico predecessores dos autores em questão, como Aristóteles, Franz Brentano e Hegel. O estudo deste debate já levou, ao longo da história, a várias diferentes interpretações a respeito do que se tratava a discussão em si, e, nesta monografia em específico, concluiu-se que as questões centrais discutidas foram relacionadas a método e escopo, direta ou indiretamente, mas, que o fundamento destas divergências pode ser reduzido em grande parte às doutrinas filosóficas que influenciaram nas ideias filosóficas basais na construção do raciocínio de ambos os autores, podendo ser sintetizadas na oposição entre o individualismo metodológico aristotélico e o idealismo alemão, mais especificamente o hegeliano. Outra forte conclusão foi a exposição da relevância que esse debate teve em relação à proposição de novas formas metodológicas para além daquela proposta pelos economistas clássicos ingleses, o que causou o surgimento de novas correntes do pensamento econômico que aceitaram estas formas revolucionárias.

**Palavras-Chave:** *Methodenstreit*; metodologia; Carl Menger; Gustav Von Schmoller.

## ABSTRACT

This work aims to explore the *Methodenstreit* to understand the origins of the methodological ideas of Carl Menger and Gustav von Schmoller, as well as their key points of divergence. It also includes a historical review to elucidate the main arguments between them and how this methodological debate influenced the economic thought of subsequent economists. To gain a deeper understanding of the issues raised and discussed during this event, it was necessary to study the intellectual origins of both authors. This required research into the philosophical perspectives that influenced them, leading to predecessors in both philosophical and economic thought, such as Aristotle, Franz Brentano, and Hegel. The study of this debate has historically given rise to various interpretations of what the discussion entailed. In this specific monograph, it was concluded that the central issues discussed were related to method and scope, directly or indirectly. However, the foundation of these divergences can largely be attributed to the philosophical doctrines that shaped the fundamental ideas behind each author's reasoning. These differences can be synthesized as the opposition between Aristotelian methodological individualism and German idealism, specifically the Hegelian tradition. Another significant conclusion was the recognition of the importance of this debate in proposing new methodological approaches beyond those advocated by the English classical economists, which led to the emergence of new schools of economic thought that embraced these revolutionary methodologies.

**Keywords:** *Methodenstreit*; methodology; Carl Menger; Gustav Von Schmoller.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
1.1 Tema e problema de pesquisa	4
1.2 Objetivo	4
1.2.1 Objetivo geral	4
1.2.2 Objetivos específicos	4
1.3 Justificativa	5
1.3 Metodologia	5
<b>2. REVISÃO HISTÓRICA E INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DOS AUTORES</b>	<b>7</b>
<b>3. APROFUNDAMENTO NO PENSAMENTO DOS AUTORES E SEUS PRECURSORES</b>	<b>11</b>
3.1.1 A tradição alemã e a “antiga escola histórica”	11
3.1.2 O pensamento e método de Schmoller	21
3.2.1 As raízes da escola austríaca	27
3.2.2 O pensamento e método de Carl Menger	42
<b>4. INTERPRETAÇÕES DO DEBATE E SUAS CONTROVÉRSIAS</b>	<b>52</b>
<b>5. O LEGADO INTELLECTUAL DA METHODENSTREIT</b>	<b>63</b>
<b>6. CONCLUSÃO</b>	<b>73</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A *Methodenstreit* (A Batalha dos Métodos) foi um debate metodológico entre duas das mais influentes escolas de economia no fim do século XIX, sendo seus líderes: Carl Menger, representante e fundador da Escola Austríaca de economia, e Gustav Schmoller, representando a Escola Historicista Alemã de economia. Enquanto Menger foi o membro fundador de sua escola, influenciado pelos pensadores escolásticos, dominicanos e jesuítas do Século de Ouro Espanhol (período aproximado entre 1550 e 1650), e, posteriormente, por outros precursores da Escola Liberal Francesa, Schmoller participava de uma tradição que existia anteriormente, sendo discípulo do fundador Wilhelm Roscher e co-fundador Bruno Hildebrand da tradição alemã vigente do pensamento econômico. Parte do objetivo deste trabalho será compreender o papel influenciador desses autores e grupos citados em relação aos principais debatedores tidos sob análise.

Essa disputa foi estudada por diversos autores renomados na história do pensamento econômico e sociológico, como John Neville Keynes, pai do autor da famosa Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Max Weber, Joseph Schumpeter, Friedrich Hayek, além de vários outros economistas, influenciados diretamente pelas abordagens metodológicas defendidas pelos debatedores.

Não é absurdo defender que a Disputa dos Métodos abriu portas jamais exploradas no campo das ciências econômicas, pois, como será visto neste trabalho, tanto Menger quanto Schmoller propunham rupturas de premissas propostas pelos clássicos e aceitas pela grande maioria dos economistas à época, podendo ambos serem considerados revolucionários em algum sentido.

As ideias defendidas por eles, entretanto, não foi tão esclarecida em seus argumentos trocados ao longo dos anos, pois houve desentendimentos entre ambos em vários momentos, o que fez com que as interpretações em relação à *Methodenstreit* estivessem em desenvolvimento ao longo dos anos entre os estudiosos desse evento marcante da história do pensamento econômico. As primeiras interpretações enxergavam divergências entre indução e dedução, hipótese que ao passar dos anos foi se tornando mais fraca na medida em que outras surgiam, como as sugestões de que a própria definição do escopo era o problema, a noção de que essas diferenças partiam de raízes filosóficas mais profundas, a simples concepção de que os autores sequer discordaram em algum grau relevante e de que foi apenas um mal entendido, entre várias outras.



## 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A ideia de trazer novamente à luz do debate econômico a fundamental discussão metodológica se torna mais tangível ao investigar um debate que de fato ocorreu na história do pensamento econômico. A *Methodenstreit* se iniciou em 1871 e terminou apenas no fim do século XIX, durando mais que duas décadas completas e deixando vários registros escritos entre os autores envolvidos na discussão, e por isso, o tema deste trabalho parte de uma revisão, com o propósito de dissertar sobre e interpretar os argumentos dos autores, de uma investigação acerca dos pensadores e obras que influenciaram os mesmos a terem pontos de vista contrapostos nesse debate e, por fim, de compreender a dimensão do legado intelectual deixado por eles, procurando saber também quem influenciaram através de suas correntes metodológicas para as ciências econômicas.

Explícita, então, a natureza deste tema e seus objetivos, pode se dizer que a questão do problema de pesquisa é: “qual a forma mais fidedigna possível de se interpretar as discordâncias envolvidas na *Methodenstreit*, dado o contexto do debate e as influências filosóficas diretas sob o pensamento de cada autor?”.

## 1.2 OBJETIVO

Os objetivos deste trabalho têm o intuito de esclarecer e explorar a *Methodenstreit* conforme as especificidades abaixo.

### 1.2.1 OBJETIVO GERAL

Esclarecer as ideias defendidas por Menger e Schmoller na *Methodenstreit*, utilizando uma análise histórica e filosófica, além da econômica.

### 1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Revisar o debate “*Methodenstreit*” entre os adversários para compreender e dissertar sobre os argumentos defendidos pelos autores;
- Investigar os pensadores ou obras que influenciaram Menger e Schmoller em seus posicionamentos metodológicos, visando ter um melhor entendimento de cada autor;

- Explorar o impacto e o legado intelectual herdado pelos teóricos do pensamento econômico posteriores.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O debate é uma forma válida de se aprender, tanto pessoalmente quanto dialeticamente no próprio desenvolvimento de algumas ciências. A economia, em especial, é uma das áreas mais abertas a debates, com menos consensos e com mais teorias contrapostas presentes em todos os objetos de análise possíveis, sendo o debate não apenas natural, mas também inevitável.

Apesar disso, pouco se discute sobre metodologia. É comum ver discussões sobre vários níveis aprofundados de teoria econômica entre economistas, mas poucos são os casos nos quais esses economistas consideram discutir pela base de seus argumentos: o método. O fundamento de toda teoria exige algum método, pois sem a justificativa de como chegar nos seus resultados, ou seja, sem uma forma consistente de explicar os meios utilizados para chegar a conclusões de qualquer tipo de conhecimento, toda e qualquer resposta encontrada pode simplesmente ser derrubada por não ter fortes alicerces. Iniciar um estudo partindo da premissa de que  $1 = 0$  pode ter as conclusões mais convenientes e magníficas da história da academia, mas essas conclusões não têm nenhuma verdade, perdem o completo sentido e propósito intelectual.

A escolha de uma exploração no assunto “*Methodenstreit*”, portanto, não foi por acaso. Esse debate é fundamental para a economia por ser abrangente no sentido metodológico, trata de uma época pouco madura das ciências econômicas e aborda, de forma básica, as duas formas mais gerais de metodologia (não apenas econômica, mas filosófica no geral), e é ideal para trazer o debate metodológico de forma mais geral para a academia, sendo um excelente objeto de estudo pouco visível atualmente.

### 1.3 METODOLOGIA

Levando em consideração os objetivos específicos deste trabalho, a pretensão é justamente uma pesquisa do tipo descritiva, com a finalidade de aprofundar um conhecimento já existente através da análise de referências relativamente pouco exploradas e de uma perspectiva mais filosófica e histórica, para além da economia pura. Portanto, se trata também de uma pesquisa básica.

No que diz respeito à abordagem, esta pesquisa tratará somente de uma qualitativa, pois a intenção é aprofundar o conhecimento implícito em textos que formam teoria pura de economia, tendo ausência de quaisquer dados ou demonstrações quantitativas. Para isso, serão exploradas obras de diversos autores que analisaram o debate, os autores ou suas escolas, buscando níveis mais complexos e específicos nas abordagens metodológicas dos envolvidos no debate.

Além disso, o método utilizado será o bibliográfico, com o intuito de compreender com o maior nível de precisão possível tanto o pensamento dos autores quanto o desenvolvimento geral das ideias envolvidas no debate. Serão utilizados artigos, capítulos de livros, citações e notas de rodapé para explorar tanto a origem das linhas de pensamento contidas no debate quanto o destrinchamento delas e como influenciaram os pensadores que vieram nos anos seguintes. Além de bibliográfica, esta monografia também possui caráter documental, visto que debates no campo do pensamento econômico algumas vezes aconteceram por cartas e investigar a comunicação direta entre autores com pontos de vista contrapostos é essencial para entender o cerne de suas discordâncias.

## 2. REVISÃO HISTÓRICA E INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DOS AUTORES

A disputa intelectual se inicia em 1871, com a publicação da obra “Princípios de Economia Política”, de Menger (1871), onde o autor indica forte aversão ao que ele chama de “método utilizado nas ciências naturais”, quando utilizado para investigações na economia política. Menger escreve:

As tentativas até agora feitas no sentido de transferir pura e simplesmente as características do método das ciências naturais para a pesquisa no setor da Economia Política têm levado aos mais graves erros metodológicos, como comparar os fenômenos da Economia Política com os das ciências naturais em bases analógicas puramente externas. (MENGER, [1871] 1983, p. 50).

Apesar de não haver qualquer tipo de secção para abordar sua escolha metodológica, nesse trecho acima (contido no prólogo) e em outros próximos, fica muito clara sua insatisfação em relação aos economistas que utilizaram abordagens essencialmente empíricas para tentar fundamentar as bases de suas teorias econômicas. Além disso, Menger estava ciente da Escola Histórica já na primeira edição de seu livro, e, inclusive, fez sua dedicatória ao fundador da própria: Wilhelm Roscher. Outra citação que ajuda a compreender o pensamento metodológico mengeriano é a seguinte:

Na exposição que segue, procuramos reduzir os complexos fenômenos da economia humana aos elementos mais simples, ainda acessíveis à observação segura, dar a cada um desses elementos simples o peso que por natureza lhes cabe e, com base nisso, investigar novamente como os fenômenos econômicos mais complexos evoluem normalmente a partir de seus elementos mais simples. (MENGER, 1983, p.50).

Nesse trecho é possível perceber como sua abordagem tem como meio a redução dos fenômenos e sua simplificação, com o intuito de derivar suas bases teóricas da simplicidade para a complexidade.

Segundo Louzek (2011), dois anos após a publicação da primeira edição de seu citado *magnum opus*, Menger, ao sentir falta de uma devida resposta dos alemães, escreve um artigo em 1873 com o título de “A Divisão dos Economistas Nacionais Alemães”, no qual ele explicita sua ruptura intelectual em relação aos seus vizinhos, que outrora estavam alinhados a boa parte do pensamento do austríaco desde sua fundação, principalmente no que dizia respeito à sua teoria do valor (defendendo o subjetivismo desse). A primeira resposta vinda de

Schmoller veio então em uma curta análise crítica, de acordo com Jens Van 'T Klooster (2022), em duas citações centrais que mostram o descontentamento do alemão em relação ao artigo publicado pelo seu debatedor, mas fazendo referências à obra *Princípios de Economia Política*. Schmoller ([1873] 2004, p. 407 e 408):

Os resultados são indubitavelmente produto de uma perspicácia não ordinária; mas não são mais que novas formulações de tópicos abstratos convencionais em vez de soluções para problemas da realidade. (apud KLOOSTER, 2022, p. 113, tradução nossa).

Ela consiste em ingênuas análises de alguns dos conceitos básicos da economia. Para um livro que reivindica o status de 'atual', toda a direção do estudo já é unilateral. E, talvez, o autor teria feito melhor não apresentando seu estudo no formato de livro-texto. (apud KLOOSTER, 2022, p. 113, tradução nossa).

Apesar do claro tom de discordância em relação ao método de seu opositor, Schmoller não toca exatamente no ponto metodológico nos trechos citados. Isso porque, segundo o que Klooster defende, a fase inicial da *Methodenstreit*, que segundo ele ocorreu entre 1971 e 1983, o período em que especificamente o alemão e o polonês debateriam, tinha como objeto de discordância o escopo das ciências econômicas, e não exatamente o método. Entretanto, essa interpretação fará parte de um tópico posterior (2.4) desta monografia, pois o objetivo de trazer essas citações é expor a sequência cronológica dos eventos que compuseram esse debate, desde seu início.

A resposta do primeiro debatedor veio ocorrer somente em 1883, em sua, discutivelmente, segunda obra mais relevante: *Investigações sobre o Método nas Ciências Sociais*; e, para significativa parte dos autores, é a partir daí que o debate, de fato, se inicia. Nesse livro, Menger faz críticas diretas ao método histórico, como na passagem “História e estatísticas econômicas são ciências históricas no sentido acima; economia é uma ciência teórica.” (MENGER, [1883] 1985, p. 38, tradução nossa), mas ao mesmo tempo, ele separa três grupos científicos dentro da economia, sendo estes as ciências históricas e estatísticas, as ciências teóricas (que, segundo ele, possuem o papel de descrever a natureza e conexões gerais da economia, e é nesse ponto que entra a discordância em relação ao método), e, por fim, as ciências práticas da economia nacional. Apesar de não aprovar o método histórico como fundamentalmente válido para a investigação de leis econômicas absolutas, Menger não deixa de reconhecer que a investigação conjuntural e estrutural de determinado ambiente econômico individual em um momento no espaço e no tempo não apenas precisa, mas apenas pode recorrer ao método histórico:

Nós entendemos um fenômeno concreto de uma maneira especificamente histórica (através de sua história) investigando seu processo individual de desenvolvimento, i.e, ao se tornar consciente das relações concretas sob as quais ele se desenvolveu, e, de fato, se tornou o que é, em sua qualidade especial. (MENGER, 1883, p. 43, tradução nossa).

Nessa mesma obra, os fundamentos metodológicos de Menger são essencialmente filosóficos e abstratos, chegando a citar Aristóteles algumas vezes, como Jesus Huerta de Soto escreve em sua obra “A Escola Austríaca”:

...partindo de Aristóteles, considera que o conhecimento da realidade social exige duas disciplinas igualmente importantes mas que, apesar do seu caráter complementar, são radical e epistemologicamente distintas. A teoria é, de alguma maneira, a “forma” (no sentido aristotélico) que recolhe as essências dos fenômenos econômicos. Esta forma teórica é descoberta por introspecção, ou seja, por reflexão interior do investigador, que se torna possível pelo fato de a economia ser a única ciência na qual o investigador tem o privilégio de compartilhar a mesma natureza do observado, o que lhe proporciona um valiosíssimo conhecimento em primeira mão. (DE SOTO, 2010, p. 65).

Essa curta síntese do método mengeriano para a investigação das ciências econômicas escrita pelo autor polonês contemporâneo ainda há de ser esclarecida no tópico 2.3, conforme os escritos do próprio Menger.

A chamada *Jahrbuch* (tréplica) de Schmoller também teve tom razoável e, em alguma medida, conciliador. Klooster (2022) narra que Schmoller chega a explicitar três principais pontos de convergência para com Menger em sua resposta, sendo estes: i) a satisfação das necessidades humanas é o que o estudo da economia procura explicar; ii) assim como Menger reconheceu a utilidade do método histórico para a economia, Schmoller também reconheceu não apenas que teorizar tinha um papel importante para a economia, mas também que, Schmoller (2004, p. 279) “O movimento historicista pode ter exagerado suas precauções contra as generalizações e teorias” (apud KLOOSTER, 2022, p. 116, tradução nossa); iii) o alemão concorda e ressalta a importância de diferentes disciplinas para analisar a realidade social, chegando a destacar a possibilidade do uso de uma abordagem preferida por Menger (individual e teórica). Entretanto, o alemão viu uma contradição na abordagem individualista e generalista simultânea proposta por Menger, e sintetizou Schmoller (2004, p. 280):

É, no entanto, bastante tortuoso ver uma contradição irreconciliável entre o isolamento que o método propõe e a consideração universal de

todas as causas relevantes... Nenhum homem são vai concluir que um caso isolado aplicado de forma bem sucedida uma vez deva ser obrigatório para todas futuras investigações na mesma disciplina científica. (apud KLOOSTER, 2022, p. 116, tradução nossa).

Carl Menger responde em *Os Erros do Historicismo*, de 1884, que é provavelmente a resposta mais controversa e polêmica ocorrida ao longo de todo o debate, sendo alvo de críticas de alguns dos autores que leram seu panfleto:

Após a segunda crítica de Schmoller, a troca substancial entre Menger e Schmoller termina. Em ‘Erros do Historicismo’, Menger repete seus argumentos anteriores em um tom mais polêmico. Mesmo Friedrich Hayek, que fala da ‘extraordinariamente poderosa e brilhante expressão’ do livro, admite que esse ‘adiciona pouca substância para a investigação’. (KLOOSTER, 2022, p. 117, tradução nossa).

Schmoller criticou o livro desfavoravelmente em seu *Jahrbuch*, e Menger replicou em um panfleto intitulado ‘Os Erros do Historicismo’, o qual justamente fumegou enfurecido, e, claro, provocou rejeição. Isso não apenas criou um grande sentimento ruim, mas também definiu um caminho para a literatura que demorou anos para diminuir novamente. (SCHUMPETER, [1954] 2006, p. 782, tradução nossa).

Gustav Schmoller, o maior expoente da Escola Historicista Alemã de Economia naquela época, escreveu uma crítica do livro, e, um ano depois, Menger respondeu em um panfleto chamado *Os Erros do Historicismo na Economia Alemã* (1884), no qual, assim como ele respondeu às críticas, ele também fez fortes ataques pessoais contra o economista alemão. (BAS/BENTUÉ/MORO, 2020, p. 402, tradução nossa).

O economista alemão optou por não responder ao panfleto, que procurava, além de seus ataques pessoais e tom polêmico, justificar a estagnação da economia nacional alemã associando essa com o impacto da Escola Alemã na economia política nacional. E assim terminou a *Methodenstreit* entre Schmoller e Menger, sendo, essa resposta do austríaco, a última delas, respondida apenas por uma carta do alemão que não possuía a intenção de argumentar contra *Os Erros do Historicismo*.

### 3. APROFUNDAMENTO NO PENSAMENTO DOS AUTORES E SEUS PRECURSORES

As origens do pensamento de cada um dos autores passaram por etapas diferentes, historicamente falando. Enquanto Menger era o fundador de uma nova escola de pensamento econômico em um país onde não havia nenhuma tradição de pensamento econômico vigente ou popularizada, como escreve Hayek: “não se registra nenhuma de economistas políticos austríacos, simplesmente porque, na primeira metade do século XIX, a Áustria não dispunha de nenhum estudioso de Economia Política” (HAYEK, [1934] 1983, introdução), Schmoller vinha como uma renovação da antiga ‘escola histórica’ da Alemanha, que, apesar de ser referenciada bibliograficamente em alguns casos, é contestado se, de fato, pode ser considerada uma escola de pensamento. Apesar da controvérsia sobre a geração de economistas que o precederam, é seguro afirmar que o economista alemão foi, de fato, o fundador pelo menos da “nova” Escola Histórica Alemã. Portanto, para trazer maior profundidade sobre o pensamento econômico alemão, é preciso, então, entender a formação econômica da ‘antiga escola historicista’.

#### 3.1.1 A TRADIÇÃO ALEMÃ E A “ANTIGA ESCOLA HISTÓRICA”

Enquanto na Inglaterra, amplamente considerada o berço da economia moderna a partir de Adam Smith, via-se a economia como uma ciência universal sujeita à investigação por um método racionalista, a Alemanha tinha uma concepção diferente para os fenômenos que envolviam a administração e distribuição de recursos. O conceito de “economia” não era familiarizado mas o que havia de mais próximo, era a noção de “cameralismo”, que podia ser definida de duas maneiras, uma mais específica e outra mais abrangente. O primeiro caso seria relacionado às finanças e orçamento público, à administração das contas do estado, conceito chamado *Kameralwissenschaft*. Já na definição mais ampla, escrita no plural (*Kameralwissenschaften*), além desse conceito adicionam-se outros dois já mais conhecidos pelos economistas: *Oekonomie* e *Polizei*, ambos retirados dos textos de Aristóteles e traduzidos para o alemão. Apesar da origem etimológica ser a mesma, enquanto a *Oikonomia* aristotélica tratava das despesas e organização das contas do lar, sua contrapartida cameralista tratava das atividades privadas do príncipe de maneira prática, sendo os cameralistas críticos ao uso do termo original por não ser prático no que diz respeito aos fundamentos da geração de riqueza, o que pode ou não causar enriquecimento e produtividade, configurando, então,



uma faceta prática de entender a burocracia por trás da produtividade, além do que são, considerados por Johann Peter Ludewig, deveres fundamentais de um príncipe, aumentar a renda nacional via comércio e tráfego (LUDEWIG, 1727, p. 142, apud LINDENFELD, 1997, P. 17). A terceira ciência compositora do conceito em exposição é, então, a *Polizei*, derivada do latim *Politeia*, que, no sentido aristotélico, se referia à prática de “governar por muitos”. Entretanto, no contexto das *Kameralwissenschaften*, essa atividade se referia a uma forma de regulação moral da sociedade enquanto conceito até meados do século XVI, regulando vestimentas, luxúria, empréstimos e outros assuntos de cunho moral-religioso de preocupação do Sacro Império Romano-Germânico. Apesar disso, ao longo dos anos, esse conceito foi sendo ressignificado devido aos grandes livros de ciências políticas dos filósofos políticos absolutistas e às interpretações e respostas dos alemães, transformando a *Polizei* em uma ciência que buscava estudar apenas a administração governamental, diferindo-se tanto dos campos da justiça e das finanças públicas.

Como a própria noção de “economia” ainda não existia no império alemão, o vácuo de uma escola de pensamento acabou causando o interesse acadêmico alemão nas teorias dos ingleses, mas, segundo José Luís Cardoso e Michalis Psalidopoulos, logo entrou em conflito com aqueles inclinados às ideias cameralistas:

Economistas alemães do século XIX abraçaram, inicialmente, com entusiasmo, os ensinamentos de Adam Smith. Quando, entretanto, o sistema clássico foi codificado por Ricardo e seus seguidores, dissidentes entre os advogados do cameralismo e da tradição administrativa na Alemanha começaram a se articular. Isso deu origem à abordagem histórica no raciocínio econômico, uma abordagem relacionada ao *staatskunst* alemão, a arte de conduzir os negócios do estado. A principal objeção dos autores alemães ao classicismo foi a rejeição de julgamentos éticos e valores para o benefício de uma análise que reduziu a ação econômica ao egoísmo. (CARDOSO e PSALIDOPOULOS, 2016, p. 15, tradução nossa).

É perceptível, de acordo com o trecho acima, então, que o cameralismo está nas raízes do historicismo econômico alemão, e, também, que o estudo das ciências econômicas surge como uma reformulação da base teórica dos clássicos e de uma rejeição ao viés racionalista que influenciou a escola clássica. Outro relevante fato que conecta a tradição cameralista à escola historicista por definitivo é que o fundador dessa tradição de pensamento econômico foi Wilhelm Roscher, professor de “ciências práticas do estado e cameralismo” na terceira maior universidade alemã, a de Leipzig.

Apesar de Roscher ter essa formação, que, aparentemente, seria aversa ao arcabouço intelectual que daria origem às ideias marginalistas, ele não rejeitou completamente os

fundamentos clássicos, chegando até a ser considerado um “proto-neoclássico” por Streissler e Milford, como cita Lucas Dias em sua monografia:

Como mostram Streissler e Milford (1993), Roscher fazia parte de uma miríade de autores do mundo germanófono que, embora aceitassem, por exemplo, certos postulados teóricos de Smith e de Ricardo, já apresentavam alguns argumentos marginalistas que seriam utilizados por Menger alguns anos depois. Essa fusão de influências clássicas e insights marginalistas fez Streissler e Milford (1993) classificarem Roscher como um “proto-neoclássico”. (DIAS, 2016, p. 8).

Além disso, Erick Glimmer-Solem e Roberto Romani também citam que “... o próprio Roscher considerava o trabalho de Adam Smith, James Steuart e Thomas Malthus (juntos com Karl Heinrich Rau e Christian Kraus) como sendo os impulsos mais significativos de um “método histórico” na economia.” (SOLEM/ROMANI, 1998, p. 272, tradução nossa), junto às observações de Ikeda de que “Ainda, notavelmente, alguns acadêmicos defendem que Roscher era um excepcional teórico econômico” e “Em suma, Roscher como um teórico continua sendo um tópico convincente a ser abordado” (IKEDA, p. 81, tradução nossa). Unindo essas informações, é possível notar que o fundador tinha apreço pela parte teórica da economia, e não a rejeitava por completo. O ponto de discordância em relação aos clássicos seria o pressuposto do comportamento individual guiado exclusivamente pelo auto interesse (DIAS, 2016, p. 8).

O método, então, defendido por Roscher é chamado de método histórico-fisiológico, no qual a economia é parte de algo maior, sendo esse algo o que ele chama de “vida nacional”, que pode ser interpretado como uma forma de “identidade nacional”, envolvendo várias formas institucionais de uma nação para além da economia (como língua, religião, leis e etc), pois isso faz parte da formulação dos agentes econômicos reais, visto que seria, em tese, impossível generalizar e universalizar o homem como algo único e replicável, sendo a alternativa roscheriana ao homem egoísta clássico e neoclássico. Desta forma, ao utilizar a história como base empírica, e, junto à suposição de que não se pode conhecer o próprio objeto de análise (a partir da defesa de que o homem não é universalizável), a vida nacional descreve as nações como organismos vivos e unitários, indivisíveis e inseparáveis. Assim, ao comparar empiricamente as nações, seria possível derivar leis a partir de regularidades históricas em comparação, e esse seria, essencialmente, o papel da economia política.

Enquanto Roscher desenvolvia sua teoria remetendo à metodologia clássica e incorporando elementos históricos ao seu próprio método, que possuía intrinsecamente o

valor da busca pela formulação de leis e afirmações absolutas sobre o objeto de análise (um viés metodológico racionalista herdado dos clássicos), Bruno Hildebrand, outro economista da primeira geração da escola histórica, tinha como princípio a negação da existência dessas leis, o que foi uma discordância metodológica tão significativa que fez alguns autores questionarem não apenas a linearidade, mas a própria existência de uma suposta “escola antiga”, pois, apesar do uso da história como ferramenta interdisciplinar no campo da economia ser, de fato, um elemento em comum entre os autores considerados pertencentes à velha escola histórica alemã, Grimmer-Solem e Romani defendem que, entre os três nomes mais associados à “velha escola histórica”, apenas Hildebrand trabalhou, de fato, com o que se pode chamar de um método histórico propriamente dito:

A velha escola histórica é, de fato, um mito. Roscher, Hildebrand e Knies não formavam algum grupo ou escola. Knies era principalmente um economista teórico, Roscher era um economista clássico que reformulou a teoria com *insights* históricos, e, Hildebrand, foi um historiador econômico e estatístico. Como Weber notou posteriormente, entre os três, apenas Hildebrand trabalhou com o que poderia ser chamado de método histórico. (GRIMMER-SOLEM e ROMANI, 1998, p. 273, tradução nossa).

Além de Weber, Schumpeter também foi um dos defensores da tese de que nunca houve uma escola histórica antiga, o que ele defende em seu livro *História da Análise Econômica*, nesse trecho faz referência aos três autores da suposta antiga escola histórica alemã:

Factualmente, entretanto, eles não formam uma escola no nosso sentido (o leitor deve se lembrar que, neste livro, o termo “Escola” significa um fenômeno sociológico definido, e, portanto, não pode ser usado para qualquer grupo de escritores que quisermos selecionar), e a relação deles com a história econômica não era nem uniforme e nem muito diferente daquelas de outros economistas de todas as épocas. (SCHUMPETER, 2006, p. 776, tradução nossa).

Para verificar a validade da alegação de que não se pode chamar de ‘escola’ a geração antiga dos economistas históricos da Alemanha anteriores a Schmoller, pelo menos nesse sentido definido por Schumpeter, Grimmer-Solem e Romani levantam alguns fortes argumentos que contestam que esses três autores agrupados constituam uma Escola. Em primeiro lugar, foi defendido que, ao contrário, por exemplo, dos austríacos, não havia um centro geográfico da escola, pois os autores da escola alemã eram de variadas origens, sendo eles, por vezes, alemães, suíços e austríacos. Também foi levantado que vários economistas alemães do século XIX como Hermann, Mangoldt e Rau influenciaram não apenas austríacos

mas também neoclássicos como Alfred Marshall, e isso junto ao fato de que Karl Knies, um dos economistas da suposta antiga escola histórica, treinou, pessoalmente, Wieser e Böhm Bawerk (ambos alunos de Carl Menger), o que leva à conclusão de que as diferenças intelectuais entre os austríacos e alemães foram, em algum momento, exageradas. Adicionalmente, pode se argumentar que a falta de um órgão ou algum tipo de revista acadêmica indica a descaracterização de uma escola, pois os escritos científicos eram publicados por várias revistas alemãs, que não davam algum qualquer tipo de tratamento especial para os estudos dessa natureza, trabalhando também com escritos teóricos, e até publicando uma grande extensão de produtos de economistas austríacos (GIMMER-SOLEM e ROMANI, 1998, p. 273, tradução nossa).

Expostas essas peculiaridades entre os autores, e, também, da forma de se enxergar o grupo de economistas que aplicaram, de qualquer forma que seja, *insights* históricos em meio a investigações e estudos no campo da economia, e unindo isso à percepção de que Hildebrand foi o único economista deste meio a utilizar, de fato, um método histórico, não é absurdo defender que ele talvez tenha sido a maior influência intelectual para os trabalhos econômicos e metodológicos de Schmoller. Isso pode ser sustentado pelo seguinte trecho escrito por Schumpeter acerca do autor, onde ele escreve que “Hildebrand foi um homem ativo em muitos méritos, que enfatizou o caráter evolucionista de uma civilização econômica e a importância básica de evidência histórica mais que a maioria dos seus contemporâneos.” (SCHUMPETER, 2006, p. 777, tradução nossa), pois, como será dissertado em um tópico posterior deste trabalho, Schmoller também tinha um viés evolucionista em sua teoria econômica, algo comum em trabalhos intelectuais do século. Além disso, o uso de estatística foi um diferencial de Hildebrand, e isso unido ao fato de que ele era especificamente um historiador econômico configura uma combinação de elementos metodológicos que visam analisar essencialmente os fatos, a história, em forma de registros escritos ou de dados coletados.

A teoria de Hildebrand, então, parte de uma visão teleológica e institucional, ambas características de sua concepção evolucionista. Schumpeter compara sua doutrina com um dos pensadores alemães que, segundo Yuichi Shionoya, é um dos precursores da primeira geração dos economistas historicistas alemães, Friedrich List:

... a raiz da Escola Histórica Alemã deve se encontrar na ideologia alemã romântica, idealista, e nacionalista, a qual foi uma reação ao racionalismo e ao iluminismo, dos quais a economia clássica foi um dos produtos. Portanto, é entendível que pensadores como Johann Gottfried Herder, Adam Müller, e Friedrich List sejam, por vezes,

considerados os precursores da Escola Histórica. (SHIONOYA, 2001, p. 7, tradução nossa).

A comparação de Schumpeter parte da observação de que o evolucionismo foi uma característica comum entre alguns economistas dessa tradição historicista, onde ele diferencia historiadores de evolucionistas argumentando que:

Historiadores profissionais, portanto, não são evolucionistas por profissão. Eles se tornam evolucionistas (de um tipo distinto) apenas quando tentam organizar estágios da sociedade (econômicos, políticos, culturais ou gerais) em sequências que devem ser necessárias, no sentido que cada estágio é a condição necessária e suficiente para a emergência do estágio que se seguirá. A mais antiga e primitiva forma de se fazer isso é construindo estágios típicos pelos quais uma economia deve passar. (SCHUMPETER, 2006, p. 417, tradução nossa).

Em seguida, o autor tcheco usa alguns exemplos de economistas alemães seguindo este padrão evolucionista, como em “Este método foi representado nesse período por Friedrich List, cujo esquema (caça, agricultura, agricultura + manufatura, agricultura e manufatura + comércio) se deparou com uma merecida crítica de Karl Knies”; “Outro exemplo é o esquema de Bruno Hildebrand: economia de troca, economia monetária e economia de crédito”; e, por fim, “...Schmoller, quem, no entanto, teve uma própria série: economia de vila, economia de cidade, economia territorial e economia nacional”, se referindo ao padrão evolucionista destes três economistas (SCHUMPETER, 2006, p. 417, tradução nossa). Essa concepção evolucionista, então, se dava pelo princípio de estágios de desenvolvimento das economias, que parte das bases históricas e estatísticas da sociedade sob análise, levando a *insights* sobre os padrões de evolução institucional local, sendo essas instituições, os agentes responsáveis pelos estágios evolutivos da sociedade, método que foi chamado por Eugen Schwiedland de historicismo ético-econômico. No caso de sua teoria especificamente, Hildebrand advogou por um sistema de crédito que viria a passar pelos estágios de economia natural, economia monetária e economia de crédito, respectivamente, e ele acreditava que, alcançado o estágio final, os relacionamentos humanos seriam restaurados, uma vez que perdidos no estágio monetário (IKEDA, 2008, p. 81). É curioso notar, que, entre os estudiosos de Hildebrand, tanto a ideia geral de teoria de estágios quanto uma análise prática de seus resultados foram intelectualmente reprovados, como a crítica de Knies, citada por Schumpeter:

Nós deveríamos realmente considerar esse esquema como completamente inútil, se não fosse pelo fato de que este pode ser usado (e foi, por List) como um simples dispositivo expositivo para se

impressionar iniciantes (ou o público) com a lição de que a política econômica se relaciona com as mudanças na estrutura econômica e, portanto, não pode consistir em um conjunto de receitas imutáveis. (SCHUMPETER, 2006, p. 417, tradução nossa).

Outra crítica pertinente é a de Naoshi Yamawaki, na qual ele exemplifica dois casos práticos cujos caminhos não se observou essa evolução no sistema de crédito, sendo eles “No século III A.C., no Egito, uma ‘economia de crédito’ floresceu e decaiu ao longo dos séculos seguintes”; e “o sistema bancário romano como uma ‘economia monetária’ prosperou nos séculos II e I A.C. e desapareceu sob o império. Além disso, no século III, a economia de escambo voltou a ser considerada novamente como uma ‘economia natural’.” (YAMAWAKI, 2002, p. 189, tradução nossa). Por fim, Ikeda utiliza uma conclusão de Gottfried Eisermann para argumentar que os estágios descritos por Hildebrand, na verdade, se distanciaram bastante da sociedade: “Nossa moderna sociedade ‘baseada em crédito’ não se parece com o que Hildebrand tinha em mente. É uma enorme e desumana sociedade, direcionada pela motivação dos agentes econômicos de lucrar.” (IKEDA, 2008, p. 82, tradução nossa). Apesar das críticas intelectuais sofridas, é importante ressaltar que Hildebrand foi essencial para não apenas desenvolver a base metodológica do que viria a ser a ‘verdadeira’ escola histórica, mas também para influenciar diretamente o seu membro mais importante, Schmoller, fortalecendo a ideia evolucionista e o uso de fatos históricos e dados estatísticos para se analisar todo e qualquer arcabouço institucional de seus objetos de análise, sendo estes, qualquer sociedade que se desejava entender mais sobre.

Por fim, o terceiro economista historicista de destaque da geração precedente aos novos historicistas, geração de Schmoller, é Karl Knies. Este foi consensualmente o mais teórico entre esse grupo de autores, em um nível que alguns pensadores o consideraram não apenas o “menos histórico” entre os três, mas também considerando suas duas facetas, sendo elas, seu lado teórico e seu lado historicista, como possivelmente contraditórias. Schumpeter cita seu trabalho teórico e sua relação com a Escola Histórica da seguinte forma:

Knies foi o mais famoso dos três. Mas sua principal performance foi no campo da moeda e do crédito, onde ele deixou seu legado como teórico. Sua única conexão com a escola histórica consiste em um livro programático, no qual ele enfatizou o relativismo histórico não apenas para políticas, mas também para doutrinas, o que o fez ter crédito entre economistas históricos genuínos, uma proeminência não totalmente merecida. (SCHUMPETER, 2006, p. 777, tradução nossa).

Harald Hagemann reafirma a noção de que Knies foi relativamente mais teórico quando escreve que “Knies foi eminentemente o mais teórico dos três, particularmente no

campo da moeda e do crédito.” (HAGEMANN, 2016, p. 225, tradução nossa), chegando a citar alguns dos alunos do economista alemão que viriam a ser economistas teóricos, e, inclusive, marginalistas de diferentes tradições: Böhm Bawerk e Wieser, já citados anteriormente e defendendo o método austríaco, e também John Bates Clark, já este, um americano da tradição neoclássica. Entretanto, Hagemann não compactuou com o julgamento negativo de Schumpeter, pois, citando Chipman, escreveu:

É comumente argumentado que há uma clara contradição entre o explícito favoritismo de Knies para com o método histórico e suas contribuições teóricas. Contudo, do nosso ponto de vista, essa contradição não deve ser exagerada. Em sua análise da moeda e do crédito, o procedimento é bem semelhante como em seu ‘artigo brilhante’ sobre teoria do valor, o qual ‘teve a grande virtude de confrontar sua teoria com dados históricos. Até várias décadas depois, não se podia encontrar uma performance tão impressionante quanto a sua (Chipman)’. (HAGEMANN, 2016, p. 225, tradução nossa).

Apesar do questionamento de Schumpeter em relação à validade do uso de um método histórico por parte de Knies, pode se dizer que ele se concentrou em re-elaborar a teoria de Roscher, como defende Jun Kobayashi: “Seu ponto de partida é um exame crítico do ‘método histórico’ de Roscher, e ele tinha a intenção de aprimorá-lo. Roscher utilizou o termo ‘método histórico’ de forma inusitada, nota Knies, não como um método para alcançar uma conclusão, mas para prover a economia nacional com descrição histórica.” (KOBAYASHI, 2002, p. 55, tradução nossa).

Ele, então, partiu do raciocínio de que a economia política é o objeto de estudo desejado, definido como Knies (1883, p. 6): “ação e atividade humana, e a condição legalmente e socialmente ordenada da vida em comunidade dos indivíduos e de uma nação, em sua totalidade, fundamentada através dessas ações e atividades” (apud KOBAYASHI, 2002, p. 55, tradução nossa), o que remete fortemente ao institucionalismo, tendo como instituições coercitivas básicas, nesta concepção, as restrições, num sentido sociológico, legais e sociais. O autor, então, argumentou que, para se analisar esse objeto de estudo, que, segundo ele, é classificado como um fenômeno externo, se referindo à materialidade e ao mundo de forma objetiva, é necessário olhar para ‘a esfera espiritual do mundo interior’, isto é, o ponto de partida dessas ações e atividades individuais, sendo essa considerada a origem causal dos fenômenos externos. Seguindo essa ideia, se defendeu que, como a causalidade é um fenômeno interno que é causador dos externos, a pesquisa natural e científica não é acessível investigando-se somente as informações empíricas, o que o levou a rejeitar o caráter absolutista presente na economia política, concluindo tanto que a vida econômica dos povos

está entrelaçada com outros aspectos sociais, e, por isso, os fenômenos empíricos são complexos demais para se tirar conclusões absolutas somente observando eles isoladamente, quanto que para se analisar a economia política, ela não poderia ser desvincilhada da política e da ética, para que se tenha uma maior conexão com a vida real. Hagemann também escreve que Knies se opôs diretamente a Ricardo, além de defender o método indutivo, de forma geral:

Seu favorecimento programático inicial do método histórico em *economia política do ponto de vista do método histórico*, republicado em uma versão revisada três décadas depois, na qual ele se opôs à existência de leis econômicas gerais, ao dedutivismo de Ricardo, e, ao invés disso, favoreceu o método indutivo e o relativismo histórico, lembrou o único tratado de Knies no qual ele focou nos problemas metodológicos. (HAGEMANN, 2016, p. 225, tradução nossa).

Explorando especificamente os argumentos de Knies contrapostos à ‘Escola Inglesa’, Kobayashi cita-o no trecho:

O teor básico da Escola Inglesa, em relação à lei natural no mundo das coisas objetivas, válidas e completas em qualquer lugar, entendendo erroneamente ou desvalorizando o poder da liberdade ética das atividades humanas e desconsiderando a relevância do concreto, individual e relativo em oposição ao mesmo, geral e absoluto, busca declarar a invalidade do poder humano e seu livre poder contra a toda poderosa lei absoluta, e levar à crença na justiça de uma fórmula abstrata feita de verdade removida da vida histórica concreta. (KOBAYASHI, 2001, p. 57, tradução nossa).

Jun segue expondo o pensamento do economista alemão e suas antíteses direcionadas ao que ele enxergava como a tradição econômica inglesa, argumentando que a ação humana está, de fato, sujeita à lei natural, mas com a ressalva de que essa lei não é uma lei de economias nacionais, mas sim uma lei que surge no fenômeno da economia nacional, prezando pelas especificidades de cada uma delas.

Além disso, também foi questionada a própria natureza do *homo economicus* tomado como universal pelos economistas clássicos, como Kobayashi sintetiza a crítica de Knies, se referindo à escola da Inglaterra em Knies (1883, p. 318): “Ela constrói sua teoria através da personificação do conceito de egoísmo econômico. Ela enxerga ambos, propriedade e egoísmo econômico, como universais, mas ambos são, de fato, históricos, e, portanto, relativos.” (apud KOBAYASHI, 2002, p. 56 tradução nossa), concluindo essa observação alegando que o homem, como agente econômico exemplar, entendido a partir de apenas um elemento característico, o egoísmo, em vez de um ‘homem histórico’, se referindo à ideia um agente econômico observado e entendido de forma concreta através da observação histórica,



só pode chegar a uma tese teórica estritamente limitada, pelo fato de essa abstração e simplificação do homem não abranger verdadeiramente todas as facetas do indivíduo agente, e, portanto, causando um problema de conclusão não universalizável, característica inerente à pretensão dos economistas clássicos.

A alternativa por ele encontrada para tentar desenvolver alguma forma de teoria econômica que descreva melhor a realidade da realidade que a perspectiva absolutista dos clássicos se inicia com a noção de que: 1) no estudo dos fenômenos econômicos, há correlação entre o campo econômico e outros campos culturais, e, 2) estes outros campos capacitam o observador a perceber conexões entre os sistemas político, econômico e ético, e esses sistemas têm efeitos de desenvolvimento contínuo na vida econômica dos povos, e, portanto, o desenvolvimento econômico nas vidas dos povos são os objetos de análise da economia política. Por isso, é necessário entender o papel histórico de uma economia nacional que provoca as mudanças de estágio da mesma, para, então, tentar discernir a causa fundamental desses movimentos, e, assim, conseguir construir uma teoria de cada economia nacional para compreender suas leis de desenvolvimento (KNIES, 1883, p. 361).

Percebendo a necessidade de se entender o desenvolvimento das sociedades, dado que isso é essencial para compreender o que ele chama de fatores pessoais-espirituais, se referindo à esfera do mundo interior, a característica individual que leva o homem a agir, e, conseqüentemente, perceber os fenômenos econômicos como resultados de processos internos individuais, Knies olha para as versões do evolucionismo propostas pelos economistas da tradição alemã, como Karl Heinrich Rau, Friedrich List e Wilhelm Roscher, e aponta o que acreditava ser as maiores falhas desse método:

Knies examina os estágios de desenvolvimento econômicos apresentados por Karl Heinrich Rau, Friedrich List, Roscher, e outros (p. 362–82). Ele encontra descrições de cada estágio, mas elas não compreendem nem suas relações com as esferas não econômicas e nem a correlação entre o movimento de toda a humanidade e as economias de povos individuais. (KOBAYASHI, 2001, p. 58, tradução nossa).

Partindo desse problema, ele sugeriu um método de observar diferenças e similaridades, e a argumentação dele começa afirmando que, nas ciências naturais, é mais fácil observar que causas específicas produzem fenômenos específicos, porém, na economia política, esses fatores pessoais-espirituais fazem com que o produto das causas não se mostrem constantes. Entretanto, pelo fato dos povos possuírem um fator comum, sua humanidade, também é possível observar convergências fenomênicas entre os povos, e,

unindo isso a outro fato, o de que a vida pessoal dos homens está em contínuo desenvolvimento, pode se concluir também, que, espontaneamente, a sociedade está em constante mudança, o que significa que há um entrelaçamento entre o desenvolvimento das vidas pessoais dos povos e da esfera econômica, e, portanto, a lei de desenvolvimento pressupõe um estado de alteração, não um estado constante.

A visão de que ao mesmo tempo que a esfera econômica está sujeita a mudança de forma contínua, ainda há de se admitir que existem elementos em comuns entre economias nacionais leva Knies a introduzir a ideia de fenômenos análogos, a qual foi definida por ele como “aqueles (fenômenos) que mostram coincidências até certo ponto, mas apresentam diferenças entre si.” (KOBAYASHI, 2001, p. 59, tradução nossa), e, então, a forma de se compreender a esfera econômica, rejeitando fundamentalmente a concepção de leis absolutas, é através da busca por leis análogas. Pode se dizer que quando um fenômeno análogo, isto é, coincidências limitadas entre dois ou mais povos em suas esferas econômicas, éticas, culturais ou políticas, ocorre, isso é, segundo o autor, prova substancial de que ambos casos partem do mesmo *genus* (origem), e as diferenças entre eles se dão como consequências de suas próprias condições específicas. Além disso, através da analogia é possível perceber, também, séries de fenômenos subsequentes ao longo do tempo, sendo possível utilizá-la como meio para se entender o desenvolvimento dos povos. Mas é importante notar que apesar da possibilidade de compreender fenômenos identificando seu *genus*, e, portanto, se aproximando de suas causas, não se pode fazer essa inferência a partir de causalidades individuais, pois a observação dessas coincidências só é válida se feita a partir de comparações, para não cair no mesmo problema que se criticou nos clássicos: ignorar o caos da realidade concreta ao se analisar o campo econômico apenas por uma perspectiva. Logicamente, esse método não apenas é compatível com a pesquisa histórica, mas também necessita disso para que funcione, como explica Kobayashi:

...podemos utilizar um método comparativo em uma base mais compreensiva para entender problemas individuais, apresentando o máximo de fatos análogos possíveis. Portanto, o estudo histórico das vidas dos povos (da antiguidade à modernidade) é indispensável (KOBAYASHI, 2001, p. 59, tradução nossa).

### 3.1.2 O PENSAMENTO E MÉTODO DE SCHMOLLER

Dada a dissertação do tópico interior, é razoável concluir que, de fato, o rótulo de ‘Antiga Escola Histórica’ pode ser academicamente rejeitado, visto que, apesar do apreço pela

análise histórica e a percepção da raiz sociológica e institucional nos fundamentos teóricos dos autores historicistas alemães, os três economistas mostram evidentes divergências metodológicas entre si. Contudo, também pode se afirmar que há fatores em comum entre eles, o que, considerando a definição schumpeteriana de ‘escola de pensamento’, não é suficiente para definir uma escola, mas é capaz de explicar, em partes, como Schmoller e a ‘Nova Escola Histórica’ foram influenciados diretamente por várias idéias dos precursores já citados anteriormente, pensando não apenas Roscher, Knies e Hildebrand, mas também List, Müller e Rau. Schmoller foi responsável por, então, encabeçar e desenvolver o que, de fato, pode ser chamado de escola de pensamento, o que foi defendido por Schumpeter:

...a emergência de uma genuína escola deve, justamente, ser associada ao nome de Gustav Von Schmoller (1838-1917). Em um esboço curto como este, devemos nos concentrar em seu trabalho e liderança. Os líderes da segunda prateleira, aos quais a mesma justiça exige que sejam rotulados resolutamente como tal, Brentano, Bücher, Held e Knapp, nós só podemos mencionar abaixo. E o trabalho de homens menos proeminentes deve ser ignorado completamente. (SCHUMPETER, 2006, p. 777, tradução nossa).

O declarado, por Schumpeter, líder de sua própria escola de pensamento não recebeu essa alcunha apenas por sintetizar uma versão melhor desenvolvida do método histórico-ético, mas também por influenciar politicamente outros economistas e fortalecer a tradição alemã de raízes cameralistas na divisão que se surgiu após o surgimento da Escola de Viena, como mostram os seguintes trechos: “Primeiro, nós notamos que o próprio Schmoller e a maioria dos seus pupilos se jogaram na luta pela reforma social, afirmando seus juízos de valor com vigor máximo.” (SCHUMPETER, 2006, p. 779, tradução nossa), além de ter concentrado sua investigação histórica e institucional nos campos do desenvolvimento industrial desde a idade média, do sistema bancário e crédito e das especificidades do governo e empresas privadas, todos sob análise institucional, além de outros economistas historicistas terem explorado a agricultura, parte pouco explorada por Schmoller mas investigada pelos seus pupilos; e, sobre a questão da tradição do pensamento econômico histórico alemão:

No último terço do século XIX, a escola austríaca começou a se separar dessa tendência alemã. Os austríacos tentaram ir além da sombra do método histórico, e tentaram criar uma verdadeira teoria. Os alemães interpretaram esse afastamento da estabelecida linha historicista e da lei como uma traição. (LOUZEK, 2011, p. 443, tradução nossa).

O economista responsável por defender a tradição alemã, então, foi o próprio Schmoller, na *Methodenstreit*, alegando que:

Quando a presunção de que uma pessoa persegue os próprios interesses era utilizada como uma aparente constante para se investigar os preços em determinado momento, isso era feito para explicar os mais simples processos de mercado. Mas é um erro tornar isso uma regra para, futuramente, se pesquisar ou examinar processos mais complexos da economia nacional. Em qualquer caso, deve-se sempre estar atento, se uma pessoa utiliza esse procedimento, essa ciência baseada em hipóteses irá sempre prover previsões hipotéticas. Entretanto, essas previsões são apenas aparentemente exatas. (SCHMOLLER, 1888, p. 281, tradução nossa).

Schmoller foi capaz de incorporar várias das contribuições de seus precursores, apesar de ter sintetizado não apenas um método, mas uma proposta mais completa e abrangente que qualquer um deles, buscando, também, definir melhor o próprio escopo econômico. Seu método foi entendido academicamente como um método histórico-ético, isso porque, para Schmoller, o ponto de partida para se entender os fenômenos econômicos é essencial conhecer o desenvolvimento da ética, destacando três instituições fundamentais: moral, leis e costumes, pois o cerne de seu pensamento parte da ideia de que a estrutura social é um fenômeno ético e psicológico, e a economia é uma ciência resultante da evolução da sociedade como um todo, o que implica que a ética, no sentido de conjunto de instituições coagindo e direcionando a ação dos indivíduos na sociedade, precede os fenômenos econômicos. Shin'ichi Tamura explica a quebra de paradigma proposta pelo alemão, explicando que:

De acordo com ele, o fenômeno econômico pode ser explicado por duas relações causais, 'causas técnicas e naturais' e 'causas éticas e psicológicas'. A ciência econômica velha, a qual é baseada na hipótese do homem egoísta, considera apenas o fenômeno relacionado às causas técnicas e naturais. Por outro lado, sua economia é baseada em causas éticas e psicológicas. Isso significa compreender o fenômeno econômico como o cultural operável. (TAMURA, 2001, p.108, tradução nossa).

A forma pela qual essa investigação ocorre tem uma sequência metódica, a qual Shionoya descreve formalmente como “(i) a observação e descrição de fenômenos econômicos de acordo com tempo e espaço, (ii) a definição e classificação dos fenômenos por um sistema coordenado, e (iii) a explicação causal dos fenômenos e o reconhecimento de suas inter-relações.” (SHIONOYA, 2005, p. 18, tradução nossa), sendo, então, imprescindível o estudo da história como ponto de partida de sua construção metodológica, o que fez com que Schmoller se esforçasse intensamente para acumular monografias históricas, a fim de acumular descrições e observações. Através desse método, o autor acreditava que era possível chegar a leis, o que parece ser uma negação do princípio de Hildebrand e uma aproximação

do método de Roscher, porém, a própria definição de lei, no sentido filosófico, não tem caráter universal, mas sim um fenômeno abrangente observado e generalizado partido de fatos empíricos. Isso o levou à conclusão de que a partir de pesquisa empírica detalhada, era possível se chegar a fatos inegáveis sobre fenômenos econômicos, assim, conciliando a ideia do uso da estatística de Hildebrand e a possibilidade de se chegar a leis próximas de absolutas, ou, pelo menos, consensuais, o que se aproxima de Roscher, como Shionoya afirma: “Na visão de longo prazo de Schmoller, através de esforços contínuos de pesquisa empírica detalhada e sínteses compreensivas, os economistas se aproximarão de uma verdade inquestionável, que seja aceita por todos.” (SHIONOYA, 2005, p. 21, tradução nossa).

A ideia citada anteriormente de que a ética precede os fenômenos econômicos é de natureza holística, o que Shionoya define como: “Se uma sociedade, um grupo de indivíduos, pode ser considerada uma entidade unificada com seus próprios objetivos — em outras palavras, se o holismo pode ser assumido.” (SHIONOYA, 2005, p. 23, tradução nossa). Isso implica que a partir do entendimento do todo, e somente dele, pode se explicar os fenômenos internos e mais específicos, sendo, nesse caso, a ética, como o conjunto de instituições que regulam o comportamento humano para além do mero egoísmo dos economistas clássicos e da escola britânica, a concepção de ‘todo’ escolhida por Schmoller.

A defesa dessa abordagem é justificada por sua negação à estrutura teórica em que parte-se de presunções hipotéticas para se desenvolver teorias de forma abstrata, como por exemplo a noção clássica de *homo economicus*, o indivíduo egoísta abstrato que existe apenas no imaginário de quem o utiliza como ferramental teórico, e, por isso, é lógico examinar indivíduos verdadeiros que devem ser, em tese, analisados a partir do contexto em que vivem. É importante ressaltar que seu pensamento não negava, essencialmente, o processo de se teorizar a economia enquanto ciência, mas sim iniciar a investigação olhando para o mundo antes de se chegar ao indivíduo, o que remete muito a um método indutivo. Shionoya descreve o ideal metodológico, que, segundo o próprio Schmoller, deve conciliar o racionalismo e o empirismo alternadamente, de teorização do autor da seguinte forma:

Em vez de fazer uma generalização precipitada com uma pobre base empírica, deve-se envolver a pesquisa empírica antes de se lançar ao tratamento teórico de materiais históricos, na medida em que o mais significativo objeto da economia é a evolução das instituições econômicas em um processo histórico. A lição da *Methodenstreit* é reconhecer que novas teorias podem ser formuladas via *feedback* entre abordagens históricas e teóricas. Para permitir *feedbacks* contínuos, devemos explicitar o objetivo da pesquisa para a qual a cooperação entre teoria e história será mais necessária e viável. (SHIONOYA, 2005, p. 5, tradução nossa).

O holismo presente no método de Schmoller, então, leva, como consequência, a uma diferenciação no próprio método da economia em relação aos clássicos, neoclássicos, marxistas e austríacos, que, na interpretação de Schumpeter, adiciona a causalidade ética e psicológica conjuntamente à filosofia e à política, que configuram o conceito já citado anteriormente de ‘causas técnicas e naturais’, e que eram as bases do pensamento econômico antes da proposta de introduzir o estudo sociológico e histórico como as causas fundamentais dos fenômenos econômicos. É importante notar que isso leva a uma forte implicação: a prática de isolar fenômenos econômicos para se analisá-los independente do caos que a materialidade apresenta em meio a suas incontáveis variáveis, ou seja, a condição *ceteris paribus*, é fundamentalmente rejeitada pelo economista alemão, o que prova ainda mais a quebra paradigmática proposta por essa forma de análise, indo contra todo o *mainstream* vigente na época, como disserta Schumpeter: “...Schmoller sempre protestou contra uma análise ‘isolante’ dos fenômenos econômicos (ele e seus seguidores falavam de um ‘método de isolamento’), e defenderam que perdemos a essência deles assim que os isolamos” (SCHUMPETER, 2006, p. 780, tradução nossa).

Reforçando o ponto de Schmoller, o próprio autor menciona como os fatores éticos e psicológicos são essenciais para ter uma metodologia holística válida:

O comportamento e as instituições econômicas não devem ser derivados apenas dos fenômenos de valor ou algo como o instinto, mas, seguindo a união atual das ciências humanas, do poder psicológico em geral, do sentimento e instinto, de ideias éticas, e comportamento econômico devem ser compreendidos na estrutura da moral, dos costumes e da lei. (SCHMOLLER, 1911, p. 438, tradução nossa).

Shionoya aponta três pontos centrais para se compreender o que, exatamente, Schmoller entendia como ética e quais suas características, sendo estes: 1) ele acreditava que a ética se tornava mais empírica ao longo do tempo, no sentido de que, a partir da pesquisa histórica, era possível se entender a ética investigando como os valores da sociedade se alteravam olhando para as mudanças institucionais e o desenvolvimento, chegando a concluir que “Portanto, a ética se aproxima das ciências sociais ou da ciência do estado ou o do que hoje se chama de sociologia” (SCHMOLLER, 1911, p. 438, tradução nossa); 2) também fazia parte de seu pensamento a crença que as sociedades devem encontrar os valores e interesses comuns, evitando juízos de valor de partidos políticos e classes sociais e procurando uma maior coesão interna das nações: “...nos juízos de valor práticos mais importantes, pessoas

boas e cultas de uma mesma nação e em uma mesma era cultural chegam a convergências mais e mais.” (SCHMOLLER, 1911, p. 494, tradução nossa); e 3) remetendo fortemente à Hildebrand, Schmoller incorpora uma forma teleológica em sua ética, isso como consequência lógica de sua ideia de que a sociedade pode ser considerada como uma entidade unida com seus próprios objetivos, como ele mesmo acreditava nessa convergência no ponto 2, sendo, então, um fenômeno mais preocupado em descrever uma evolução explicada por meios e fins que por causas específicas, e ele argumenta que:

A organização econômica de uma nação não é um produto natural como foi pensado por muito tempo, mas, principalmente, um produto das visões éticas vigentes sobre o que é certo e justo em relação a diferentes classes sociais. Todo o progresso na organização econômica tem sido, até então, um triunfo de ideias éticas, e continuará a ser no futuro. (SCHMOLLER, 1890, p. 55, tradução nossa).

Dessa forma, ele também acreditava que o possível problema de insuficiência de conhecimento empírico poderia ser solucionado, pois presume que os indivíduos propositadamente irão servir aos fins de sua totalidade, sendo esta, a sociedade e, seu fim, a justiça, como explica Shionoya em “Dado que valores morais governam a sociedade como um todo, a teleologia é eficiente no estudo da organização institucional incorporando a ética. Para Schmoller, o maior conteúdo da teleologia era um princípio de justiça.” (SHIONOYA, 2005, p. 23, tradução nossa).

A partir da construção dessa lógica teleológica, Schmoller distinguiu três tipos de organizações sociais em uma economia nacional, sendo elas as famílias, as empresas e as comunidades locais, esse último podendo se referir a um vilarejo, uma cidade ou um Estado. Cada uma delas segue princípios organizacionais diferentes: no caso da família, tem-se a simpatia, afinidade e amor; no caso das comunidades locais, há a vizinhança, nacionalismo, lei e coerção, e, no caso das empresas, existem os contratos e o direito privado. O ponto de partida do evolucionismo ocorre por duas vias: organizações da comunidade local, tal qual economia de vilarejo, economia de cidade, economia territorial e economia nacional foram instituições formadas com o propósito de controlar a vida econômica e servir ao interesse público, enquanto as empresas se desenvolveram em busca de lucro privado, gerando vários arranjos institucionais como os mercados, a divisão do trabalho, posse de propriedade e classes sociais (SHIONOYA, 2005).

Sua teoria dos estágios, se assemelhando às ideias de List, Hildebrand e outros precursores, coloca em perspectiva evolucionista e teleológica a noção de que a comunidade regional ou local, ao longo da história, teve o papel de portar as políticas sociais, com o

objetivo de controlar a competição justa entre as firmas nos mercados. A partir das interações entre ética e economia, ou, alternativamente, entre fatores espirituais-sociais e fatores naturais-técnicos, Schmoller concluiu que durante o estágio de economia de sociedade essa comunidade eram as guildas comerciantes, que durante a fase de economia territorial, os representantes da comunidade regional eram os lordes feudais, e, por fim, que em uma economia nacional, essa responsabilidade é do Estado (SHIONOYA, 2005).

Por fim, sintetizando as ideias de Schmoller em relação ao resto das escolas históricas, tanto a velha quanto a nova, pode se entender melhor tanto a origem de suas ideias quanto a forma que foi entendida por seus pupilos. Em relação a Roscher, fica o reconhecimento das instituições como fundamentais para se entender a totalidade da sociedade, além da possibilidade de se descobrir leis a partir do entendimento das sociedades, mesmo que de forma diferente. Em relação à Hildebrand, a lógica evolucionista retratada através de uma teoria de estágios está diretamente relacionada, além da convergência na busca incessante por informação empírica. Em relação a Knies há a forte crença na análise institucional para criar um *homo economicus* mais próximo da realidade, analisando fatores para além do egoísmo, além do entendimento de que os fatores espirituais e sociais eram parte da causa dos fenômenos econômicos, com a diferença que, no caso de Schmoller, eles não são a primeira causa, pois são precedidos pela ética, e, portanto, indiretamente investigáveis. Trazendo uma analogia de Schmoller, enquanto Roscher se importou em explicar a sociedade como um desenvolvimento equiparável à sua fisiologia, Schmoller preferiu usar o termo ‘anatomia’ como analogia, por acreditar ser capaz de observar a estrutura da sociedade através do entendimento ético adquirido coletando e entendendo informação empírica. Outras ideias de Schmoller que não foram aprofundadas, segundo Schumpeter (1954), mas que ficaram nitidamente defendidas em sua obra se assemelham um pouco a Knies também, que é a individualidade preferida à generalidade e, também, o relativismo histórico em vez da universalidade.

### 3.2.1 AS RAÍZES DA ESCOLA AUSTRIACA

Como já mencionado anteriormente, no último terço do século XIX, a tradição do pensamento alemão e suas raízes cameralistas constituíam o paradigma intelectual que dominava as áreas do conhecimento emergentes tardiamente sob o solo alemão, como cita Louzek:



...a separação da economia teórica de suas ciências maternas (filosofia e direito) foi significativamente mais dolorosa na Alemanha e na Áustria, e foi acompanhada de confrontos mais intensos que na Inglaterra. Quando os economistas alemães conseguiram ganhar seu novo departamento, logo eles se fecharam em seus escritórios, e o contato com seus colegas permaneceu mínimo. Não foi apenas nas ciências econômicas, mas também, as ciências naturais que levaram um grande tempo antes de se emanciparem de suas poderosas disciplinas predecessoras. (LOUZEK, 2011, p. 443, tradução nossa).

Nesse contexto, é inegável que a proposta de Menger propunha uma ruptura com o pensamento vigente através de sua abordagem apriorística, isto é, fundamentada de forma não experiencial, não empírica. O pensamento mengeriano, então, tem origem distinta do cameralismo alemão, sendo o objetivo desta seção entender a mesma.

Ao contrário do caso de Schmoller, Menger não teve ‘precursores imediatos’, isto é, um movimento intelectual precedente que defendia um conjunto de ideias de raiz em comum, como foi o caso dos economistas alemães influenciados pela doutrina cameralista. David Gordon, ao comentar a respeito das influências sobre o fundador da escola de Viena, disse, em uma palestra sobre As Origens Filosóficas da Economia Austríaca, que:

Antes de começar a discussão sobre os austríacos, eu acredito que é essencial notar que na história intelectual é normalmente bem difícil estabelecer quem influenciou um autor em particular. Frequentemente, pode-se mostrar paralelos entre as doutrinas, mas, exceto em casos especiais, pode-se chegar a não mais que hipóteses sugestivas. Se um autor declara diretamente que foi influenciado por alguém, é claro que se pode ir além da adivinhação. Mas, infelizmente, os pensadores que temos aqui para se levar em consideração raramente explicitaram suas fontes intelectuais. A consideração apresentada aqui aspira a maior plausibilidade. Nenhuma interpretação histórica é apoditicamente verdadeira. (GORDON, 1994, p. 1, tradução nossa).

Os trabalhos de Menger por muitas vezes não têm referências para suas influências filosóficas, apesar de ser evidente que vários argumentos e raciocínios já apareceram anteriormente, tanto na história do pensamento econômico quanto do filosófico. Por isso, além do uso bibliográfico referencial, também é importante para essa seção a investigação de autores que remetem às ideias de Menger, a começar por um dos que o economista até chega a citar em suas notas de rodapé, relação intelectual também defendida por vários outros economistas que lhe sucederam: Aristóteles.

A começar pelos registros do próprio autor, que chega a referenciar tanto *Ética* a Nicômaco quanto *Política* em suas notas, definindo ‘bem’ a partir da definição Aristotélica em *Política*. Menger os define como:

As coisas capazes de serem colocadas em nexos causais com a satisfação de nossas necessidades humanas denominam-se utilidades; denominam-se bens na medida em que reconhecemos esse nexo causal e temos a possibilidade e capacidade de utilizar as referidas coisas para satisfazer efetivamente as nossas necessidades. (MENGER, 1983, p. 55).

Na mesma página, o filósofo é referenciado em sua nota “Aristóteles (Política. I, 3) denomina ‘bens’ os meios de que o homem necessita para viver e para seu bem-estar.” (MENGER, 1983, p. 55), definições essas que convergem na relação fundamental de sua teoria de valor: as utilidades sendo o termo abrangente para aquilo que se utiliza a fim de satisfazer as necessidades humanas e os bens sendo os meios que o homem reconhece como tendo a capacidade de prover essa utilidade, estabelecendo esse nexo causal entre utilidade e satisfação de necessidades. Além dessa citação, o pensador grego é citado diversas outras vezes em *Princípios de Economia Política e Investigação sobre o método das Ciências Sociais*, utilizando de definições e argumentos de Aristóteles para seu raciocínio sobre a moeda, o Estado, a ontologia e a epistemologia, o campo de maior interesse deste trabalho.

Gordon (1994) argumenta que Brentano, como filósofo austríaco mais influente durante a vida acadêmica de Menger, e, também, por ser colega e amigo de Menger na Universidade de Viena, foi naturalmente a maior influência filosófica de Menger. O filósofo alemão foi associado a trazer de volta as ideias de Aristóteles para a filosofia continental no contexto de sua época, se opondo ao idealismo hegeliano que dominava o pensamento filosófico alemão vigente, que, como defende Gordon, foi, em partes, responsável pela raiz da visão holística adotada pela escola histórica. David Gordon escreve: “Quando Brentano e outros reviveram o estudo de Aristóteles, essa visão metodológica se tornou disponível para estudo nas universidades austríacas” (GORDON, 1994, p. 7, tradução nossa), se referindo à abordagem dedutiva defendida por Aristóteles. A respeito da oposição de Brentano em relação a Hegel, primeiro se dissertou que Hegel defendia a doutrina das relações internas, explicada no trecho: “De acordo com esse princípio, tudo que existe está ligado conjuntamente em uma unidade sólida. Mais precisamente, se duas substâncias se relacionam, elas já não seriam mais as mesmas substâncias caso a relação fosse alterada.” (GORDON, 1994, p. 2, tradução nossa), e, seguindo o raciocínio, em mais dois trechos ele explica como isso se relaciona com as ciências econômicas e a visão holística: “Portanto, as ciências econômicas não devem ser bruscamente separadas de outras disciplinas conectadas com a sociedade. Elas devem ser estudadas conjuntamente com a história, ciências políticas, ética e etc.”; e “A visão de que a economia está fortemente interligada a outras instituições sociais é

uma aplicação da categoria da lógica de Hegel: unidade orgânica.” (GORDON, 1994, p. 3, tradução nossa). Apresentando então o contraponto de Brentano a Hegel tem-se que:

A Escola Austríaca ficou diametralmente oposta à Escola Histórica Alemã. À vista da vasta divergência entre as duas escolas de economia, pode-se esperar diferenças substanciais no panorama filosófico. Isso é o que se encontra. O filósofo líder que influenciou Carl Menger foi Franz Brentano. Ele, resolutamente, rejeitou a doutrina das relações internas, junto do restante do sistema hegeliano. (GORDON, 1994, p. 4, tradução nossa).

As relações entre Aristóteles e Menger notadas então são as seguintes: i) o individualismo metodológico, traço notado tanto na metodologia mengeriana quanto na concepção aristotélica de se observar a ação humana individual para entender a sociedade (GORDON, 1994, p. 7); ii) a dedução como capaz de chegar a conhecimento válido por si só, junta à necessidade de se partir de um axioma autoevidente (GORDON, 1994, p. 7); iii) a ontologia e epistemologia aristotélicas, ensaiando uma posição próxima da aceitação de universais, isto é, o posicionamento filosófico de que conjuntos existem, ao contrário da visão nominalista, que defende que apenas particulares existem e que universais são apenas nomes, caracterizando um realismo como o do filósofo. Uma consequência disso é a possibilidade de se descobrir a essência das coisas a partir de suas substâncias entendidas universalmente, o que leva à noção hilemórfica aristotélica, como defende Jesus Huerta de Soto:

...Menger escreve o seu segundo livro importante intitulado Investigações sobre o método das ciências sociais com especial referência à Economia Política (Menger, 1883) no qual, partindo de Aristóteles, considera que o conhecimento da realidade social exige duas disciplinas igualmente importantes mas que, apesar do seu caráter complementar, são radical e epistemologicamente distintas. A teoria é, de alguma maneira, a “forma” (no sentido aristotélico) que recolhe as essências dos fenômenos econômicos. Esta forma teórica é descoberta por introspecção, ou seja, por reflexão interior do investigador, que se torna possível pelo fato de a economia ser a única ciência na qual o investigador tem o privilégio de compartilhar a mesma natureza do observado, o que lhe proporciona um valiosíssimo conhecimento em primeira mão. Além disso, a teoria elabora-se de forma lógico-dedutiva a partir de conhecimentos evidentes do tipo axiomático. Distinta da teoria é a história, que de alguma maneira seria constituída pela “matéria” (no sentido aristotélico) que se concretiza nos fatos empíricos de cada acontecimento histórico. Para Menger, ambas as disciplinas, teoria e história, forma e matéria, são igualmente necessárias para conhecer a realidade, mas ele nega enfaticamente que seja possível extrair a teoria da história. (DE SOTO, 2010, p. 65).

O hilemorfismo é, então, a crença de que os seres que existem de forma física são compostos por matéria e forma, o que remete fortemente à separação que Menger estabelece entre a economia teórica e a histórica:

Ressaltamos acima que se podem investigar os fenômenos a partir de um duplo ponto de vista: o *individual* (histórico, no sentido mais amplo da palavra) e o *geral* (teórico). O objetivo da primeira orientação é conhecer os fenômenos concretos em sua natureza individual e em suas relações individuais. O fim da segunda orientação é conhecer as formas dos fenômenos (tipos) e as relações típicas (as leis dos fenômenos). São os atos *concretos*, os destinos, as instituições de determinadas nações ou estados, são os desenvolvimentos e as condições culturais *concretas* que constituem o objeto de investigação da história e da estatística; ao passo que as ciências sociais teóricas visam nos mostrar as *formas* em que se manifestam os fenômenos sociais e as *leis* de sua sucessão, de sua coexistência, etc. (MENGER, 1985, p. 380).

Apesar de ter clara influência em Aristóteles, Menger também não pode ser chamado de aristotélico, pois seu pensamento pode até partir de ideias do filósofo, mas também há conflito entre as ideias deles, além da insuficiência de evidência histórica perceptível pelas relativas poucas passagens citadas de Aristóteles em Menger, como defendem Slenzok e Turowski:

Nos escritos metodológicos de Menger, encontramos apenas curtas menções sem quaisquer conexões com o núcleo de seus argumentos no que diz respeito à divisão das ciências, tipos de orientação científica ou métodos científicos. Admitidamente, em *Investigações*, o nome de Aristóteles é citado duas vezes. A primeira menciona o problema da indução, onde virtualmente todos os filósofos contemporâneos citariam Hume (Menger, [1883] 1985: 57). Isso, entretanto, não é muito surpreendente, dado que Menger, reconhecendo as limitações da indução, não apenas não a rejeita completamente, mas incorpora ao que ele intitula 'orientação realística-empírica na ciência'. (SLENZOK e TUROWSKI, 2024, p. 135, tradução nossa).

Além de Aristóteles, a tese de que os escolásticos espanhóis foram grandes influências para o pensamento econômico mengeriano é comumente aceita quando se fala no núcleo do pensamento do Carl Menger. De Soto argumenta que:

Leoni convenceu Hayek de que as raízes da concepção dinâmica e subjetivista da economia eram de origem continental e de que, portanto, deveriam ser procuradas na Europa mediterrânica e na tradição grega, romana e tomista, mais do que na tradição dos filósofos escoceses do século XVIII (Leoni, 1995: 95-112). Além disso, Hayek teve a sorte de, durante esses anos, ter uma das suas melhores alunas, Marjorie Grice-Hutchinson, que se especializara em

latim e literatura espanhola, levando a cabo, sob a orientação de Hayek, um trabalho de investigação sobre as contribuições dos escolásticos espanhóis no âmbito da economia, trabalho esse que, com o tempo, se converteu num pequeno clássico. (DE SOTO, 2010, p. 50).

Entre as várias convergências entre as ideias dos dominicanos e jesuítas membros da Escola de Salamanca e de Coimbra e as ideias da Escola Austríaca de forma geral, as que mais conversam com o pensamento mengeriano são duas: i) Diego de Covarrubias, bispo na cidade de Segóvia, com a essência da teoria do valor subjetivo em (1604, p. 131): “o valor de uma coisa não depende da sua natureza objetiva mas antes da estimação subjetiva dos homens, mesmo que tal estimação seja insensata” e “nas Índias o trigo valer mais do que na Espanha porque ali os homens o estimam mais, e isso apesar de a natureza do trigo ser a mesma em ambos os lugares” (apud DE SOTO, 2010, p. 51); ii) Saraiva de la Calle, outro escolástico espanhol, escreveu em 1544 outra passagem que remete ainda mais à teoria de valor mengeriana, contrapondo-se à futuramente construída concepção de valor objetivo baseado no trabalho presente nos economistas clássicos de tradição inglesa no trecho (1949, p. 53):

Os que medem o preço justo de uma coisa segundo o trabalho, custos e riscos em que incorre quem produz a mercadoria cometem um grave erro; porque o preço justo nasce da abundância ou falta de mercadorias, de empresários e de moeda, e não dos custos, trabalhos e riscos. (apud DE SOTO, 2010, p. 51).

Além da exposição de vários outros escolásticos que desenvolveram *insights* de teoria econômica trazidos novamente à luz da ciência econômica pelos austríacos, para além das próprias ideias mengerianas, de Soto conclui sua tese de que os escolásticos influenciaram não apenas Menger, mas toda a escola austríaca:

A tradição do pensamento econômico da Escola Austríaca tem, pois, a sua origem intelectual na Espanha e mais concretamente numa escola, a de Salamanca, que, da mesma forma que a moderna Escola Austríaca, e em profundo contraste com o paradigma neoclássico, se caracteriza sobretudo pelo grande realismo e rigor dos seus pressupostos analíticos. (DE SOTO, 2010, p. 56).

É interessante notar que o conjunto das influências aristotélicas e escolásticas no pensamento de Menger torna ambas as teses de que foram duas filosofias que o influenciaram como teórico economista ainda mais plausível, visto que os escolásticos têm forte influência aristotélica em seu pensamento filosófico também.

Pensando na idade moderna, também é percebida a forte influência dos pensadores liberais franceses dos séculos XVIII e XIX sobre Carl Menger. De Soto advoga que dois deles foram responsáveis por defender as mesmas ideias de caráter econômico dos escolásticos durante o décimo oitavo século, sendo um deles, Richard Cantillon, considerado por alguns economistas como o primeiro economista de fato, e, o outro, ainda com status de precursor nas ciências econômicas, Anne Robert Jacques Turgot. O economista espanhol afirma que:

...a tradição continental de origem católica impulsionada pelos nossos escolásticos do Século de Ouro espanhol nunca foi totalmente esquecida. Assim, esta corrente doutrinal influenciou dois notáveis economistas, um irlandês, Cantillon, e outro francês, Turgot, que podem em grande medida ser considerados os verdadeiros fundadores da Ciência Econômica. (DE SOTO, 2010, p. 57)

A respeito de Cantillon, também é difícil levantar evidências concretas em relação ao grau dessa influência. O que se pode afirmar, de acordo com a historiografia, é que, como afirma Ubiratan Jorge Iorio (2014), Carl Menger possuía uma cópia de *Essai Sur La Nature Du Commerce En Général*, sua única obra. Além disso, Iorio enriquece esse indicativo ao citar semelhanças entre Menger e Cantillon: “...ele é creditado pelo emprego de uma metodologia semelhante ao individualismo metodológico de Carl Menger, ao deduzir fenômenos bastante complexos a partir de simples observações individuais.”, e “...antecipou elementos importantes da Teoria do Capital Austríaca esboçada por Menger e desenvolvida por Böhm-Bawerk.” (IORIO, 2014). Além das relações observadas por Iorio, o pensamento de Cantillon se assemelha ao mengeriano em vários aspectos, que podem ser observados na obra *História do Pensamento Econômico - Uma Perspectiva Austríaca - Antes de Adam Smith*, na qual Murray Rothbard expõe algumas características e conclusões do economista francês. Foi observado um princípio metodológico muito familiar ao arcabouço intelectual austríaco:

Para romper com as ideias mercantilistas, foi necessário se afastar, focar nas características econômicas da ação humana e analisá-las, abstraindo de outras preocupações, todavia importantes. Separar a análise econômica da ética, política ou mesmo de dados econômicos não significava que essas questões não eram importantes ou que não deveriam ser trazidas novamente... Além disso, Cantillon foi um dos primeiros a utilizar essas únicas ferramentas de abstração as quais Ludwig Von Mises viria posteriormente identificar como o método indispensável do raciocínio econômico: o experimento Gedanken (ou experimento mental). A vida humana não é um laboratório, onde todas as variáveis podem ser fixadas pelo experimentador, que podem, então, variar uma para determinar seus efeitos. Na vida humana, todos

os fatores, incluindo a ação humana, são variáveis, e nada permanece constante. (ROTHBARD, 1995, p. 348, tradução nossa).

Remetendo à citação anterior de Menger, onde ele defende uma separação metodológica entre a economia teórica e a economia histórica, é evidente a semelhança de raciocínio em relação ao economista francês ao levar em consideração a observação que Rothbard faz sobre separar aspectos sociais das características econômicas da ação humana. Outra similaridade convincente é a de abstração e utilização de experimentos mentais como formas epistemologicamente válidas, uma característica em comum com o apriorismo mengeriano baseado na crença de que a dedução e a capacidade de abstração mental é suficiente para se alcançar verdades teóricas. Além dessas semelhanças, a própria teoria de valor de Cantillon é defendida pelo entendimento de que o valor dos produtos está em função da avaliação do consumidor, como Rothbard (1995) demonstra nos escritos do próprio Cantillon, aproveitando para ressaltar o elo intelectual entre ele e a tradição proto-econômica dos escolásticos:

Ao longo de séculos, na realidade, o posicionamento dos escolásticos e pós-escolásticos tem sido que o valor dos bens é determinado por 'utilidade' e 'escassez', pela valoração subjetiva de uma dada produção. Quanto maior a utilidade maior o valor, e quanto mais abundante a produção menor o valor e o preço de qualquer bem no mercado. A teoria de Cantillon é um desenvolvimento elaborado e sofisticado da abordagem escolástica. (ROTHBARD, 1995, p. 350).

Já o proto-economista Turgot, geralmente associado aos fisiocratas franceses, chegou a ser, de fato, citado por Menger em alguns de seus trabalhos, apesar de ter uma concepção de valor um pouco mais distante que Cantillon teve, como na citação do representante austríaco em uma de suas notas expositivas em relação à discussão de valor no panorama do pensamento econômico (1983, p. 159):

O valor estimativo de um objeto, para o homem isolado, é exatamente aquela parcela do total de suas faculdades que corresponde ao desejo que ele tem desse objeto, ou a parcela das faculdades que ele quer empregar para atender a esse desejo. (apud, TURGOT, 1769, p. 81).

Apesar disso, o francês ainda recebe apreço de Carl Menger em outras questões também citadas em seu conjunto de obras, como o reconhecimento de que Turgot fez com precisão a distinção entre valor de uso e valor de troca (MENGER, 1983, p. 261); a conclusão convergente acerca da origem do dinheiro, onde é Turgot é citado entre os autores que negam que o dinheiro é resultado de convenções humanas, um fenômeno propositado provocado por

legisladores, e, ao invés disso, defendendo que o dinheiro surge espontaneamente como meio para facilitar o acesso às necessidades dos indivíduos, como ele defende em:

O dinheiro não é uma invenção dos povos. Foram indivíduos, membros de um povo, que, aumentando a consciência de seus interesses econômicos, adquiriram também a consciência de que a troca de mercadorias menos vendáveis (por outras de maior vendabilidade) representa progresso notável na busca de seus interesses econômicos específicos, e assim surgiu o dinheiro em numerosos centros culturais independentes entre si, acompanhando o desenvolvimento progressivo da economia. Ora, precisamente porque o dinheiro é um produto natural da própria economia, em todos os lugares e em todas as épocas a forma específica de dinheiro resultou da situação econômica específica e diversificada existente, razão pela qual, nos mesmos povos, mas em épocas diferentes (e em povos diferentes, na mesma época), variaram os bens que desempenharam esse papel peculiar que hoje atribuímos ao dinheiro. (MENGER, 1971, p. 306-308).

Voltando à Rothbard, autor austríaco que seguiu a escola de pensamento fundada por Menger, também pode-se notar outras semelhanças entre a tradição austríaca e o economista francês ao conhecer o trecho ‘O Brilhantismo de Turgot’, parte de sua obra sobre a história do pensamento econômico, na qual são traçadas algumas semelhanças pontuais entre ambos os autores, como: i) método apriorístico e experimentos mentais:

Nesse texto, Turgot, ao trabalhar num método de sucessivas aproximações e abstrações, desenvolveu uma primeira espécie de teoria austríaca de economia “Crusoé”, depois, para uma troca entre duas pessoas, que posteriormente se ampliou para quatro pessoas e, a seguir, para todo o mercado. (ROTHBARD, 1995, p. 193).

e ii) a concepção de que valor apenas por ser medido ordinalmente:

Ele também observa que o valor subjetivo dos bens (o valor estimado para os consumidores) mudará rapidamente no mercado e há, ao menos, uma alusão na discussão em que percebe que esse valor subjetivo é estritamente ordinal e não sujeito à medição (e, por conseguinte, para a maioria dos procedimentos matemáticos). (ROTHBARD, 1995, p. 193).

Além disso, o autor também ressalta que Turgot se aproximou muito de cunhar o próprio conceito de utilidade marginal ao perceber que a utilidade de uma unidade adicional de qualquer bem decresce em relação à anterior (ROTHBARD, 1995, p. 193). Contudo, também é pontuado, assim como Menger, que a defesa do valor subjetivo não ocorre na concepção do autor francês (ROTHBARD, 1995, p. 195). Uma adição pertinente adicionada por Rothbard ao comentar o trabalho de Turgot, é a de que ele não possuía o sectarismo dos



fisiocratas, apesar de ser comumente considerado um deles por ser um defensor do *Laissez-Faire*, mas isso é negado e ainda reforçado pela sentença: “Sua compreensão da teoria econômica era imensamente maior que a deles e o tratamento que deu a questões tais como capital e juros mal foram superadas até hoje” (ROTHBARD, 1995, p. 188).

Algumas décadas depois de Cantillon e Turgot, Jean Baptiste Say surge como outro economista francês também citado por vezes pelo fundador da escola austríaca. Brendan John (2020) defende que a tradição dos economistas liberais franceses, tendo citado Turgot, Say e Bastiat, formava a chamada ‘escola liberal francesa’, e que isso ocorreu pois a obra de Adam Smith sofreu críticas por partes desses economistas, levando a conclusões em comum que repensaram a teoria do valor-trabalho e ressaltaram o *Laissez-Faire*. John, se referindo à crítica da literatura econômica dos franceses direcionadas aos clássicos ingleses, escreve:

Essa importante divergência é uma das razões que a escola liberal francesa existe. Ainda mais importante é a reputação de Say como o economista proto-austríaco. Say certamente não é um austríaco em sua totalidade, apesar de que algumas pessoas gostariam de reivindicá-lo como tal. Seu trabalho como “precursor da Escola Austríaca”, como Larry Sechrest se refere a ele em *15 Grandes Economistas Austríacos*, torna-o uma excelente representação do liberalismo francês na discussão. (JOHN, 2020, p. 1).

Ademais, John também aponta que: i) Say foi o primeiro economista a usar da praxeologia como método na economia, sendo este um método formalizado e nomeado por Ludwig Von Mises e aceito amplamente pela escola austríaca futuramente, e que tem como base o método mengeriano; ii) o francês rejeitava o método indutivo para se investigar a economia, acreditando que era possível chegar a verdades absolutas através do entendimento teórico; iii) ele criticava Smith de ser destituído de método e vago.

Say também é citado em *Princípios de Economia Política* e em *Investigações*, com destaque para sua definição de ‘bens’ em “Say (Cours d’Économie Politique. 1828. I, p. 132) define os bens como “os meios de que dispomos para atender às nossas necessidades”.” (MENGER, 1983, p. 56), sua definição de riqueza em “Também Say segue essa linha. Ele distingue (Traité d’Économie Politique. 1803. p. 2) os bens que têm valor de troca daqueles que não o têm, excluindo esses últimos como objetos de riqueza” (MENGER, 1983, p. 105), além de comentar sua definição de valor de troca de forma crítica (MENGER, 1983, p. 222), o que pode ser melhor verificado pelas notas deixadas por Menger a respeito da troca de correspondências que ocorreu entre Say e David Ricardo. Gilles Campagnolo apresenta algumas mensagens trocadas entre os economistas, assim como a impressão que Menger tivera delas, a começar pela crítica que Ricardo faz a Say a respeito de seu distanciamento da

concepção clássica smithiana de valor, alegando que o francês interpretou Smith erroneamente, Ricardo:

Um homem que deseja consumir apenas pão e água, e que não está em posição de comprar mais nada, não é tão rico quanto seu vizinho que possui grandes valores, no sentido que ele pode ter todos os doces prazeres da vida, caso ele deseje tê-los. Um homem é rico através da quantidade de bens que ele possui, não pela extensão da restrição em seus desejos. (apud CAMPAGNOLO, 2008, p. 61 tradução nossa).

Menger acreditou que o economista francês fora mal interpretado por Ricardo, e, como notou Campagnolo, o polonês sublinhou duplamente a resposta de Say (1853, p. 98):

Eu não quero dar a entender, como os estoicistas, e como você está me acusando, que se é mais rico caso se tenham menos desejos, mas a quantidade adicional que se pode adquirir a um preço mais barato os bens de seu desejo, *quaisquer sejam eles*, ou seja: casas, funcionários, cavalos, de acordo com seu desejo. (apud CAMPAGNOLO, 2008, p. 61, tradução nossa).

Campagnolo constata que “... o valor tal como é entendido pelo próprio indivíduo é a única medida possível, e que essa medida é subjetiva” (CAMPAGNOLO, 2008, p. 62, tradução nossa), sintetizando o entendimento que Say defendia, de que a utilidade é um julgamento individual. Em seguida, Campagnolo defende que Menger parecia receoso em relação à relutância de Say para confrontar abertamente a teoria do valor trabalho, e tenta provar as expectativas e a própria avaliação que o economista austríaco faz do francês, ao destacar que:

Menger reagiu como se ele tivesse visto em Say *dicas* que apontavam para suas próprias ideias... Ainda, em suas notas, Menger mostrou impaciência em não encontrar uma conclusão que ele teria esperado do professor no *Collège de France*... Anotações manuscritas nos fazem pensar que Menger se sentiu tão próximo das críticas formuladas por Say a Ricardo que ele se sentiu de forma a querer completar o trabalho ele mesmo. Mas, no que diz respeito à Say, o valor, no fim, *remanescia* mensurável em uma base objetiva, apesar de que teria um padrão relativo e não absoluto (ao contrário do que Ricardo sugerira)... (CAMPAGNOLO, 2008, p. 63, tradução nossa).

Mesmo sendo evidente a influência de Say sob Menger em alguns aspectos, também não se pode afirmar que o seu pensamento foi completamente aceito, assim como as outras diferenças que foram mostradas entre os autores apresentados até então. Uma observação relevante é a de que, em *Princípios*, Menger compara os pontos de vista de Say e Condillac, agrupando Say junto de Aristóteles, Quesnay, Turgot e Ricardo pela defesa em comum da

interpretação do fenômeno de troca como um resultado de equivalência de valor entre os envolvidos, enquanto Condillac teria se oposto a isso, contudo, “fundado em razões parcialmente contestáveis” (MENGER, 1983, p. 222).

Campagnolo também apresenta mais três economistas franceses os quais foram estudados pelo fundador do pensamento econômico austríaco: Count Pellegrino Rossi, Michel Chevalier e Frédéric Bastiat, sendo, o primeiro, um italiano naturalizado. No caso do primeiro, sucessor de J. B. Say no *Collège de France*, Menger possuía sua famosa obra *Cours d'économie politique*, além de sua obra póstuma *Mélanges d'économie politique*, e o que o austríaco percebeu foram escritos similares ao de Say, mas explicados de forma melhor, tendo sublinhado o seguinte trecho de Rossi:

Se fosse possível se rastrear, entre todas as sequenciais mudanças do mercado, os associados em contratos, e rigorosamente analisar a posição de suas respectivas posições, ponderar, por assim dizer, suas necessidades, então poderia obter-se a verdadeira solução para o problema (apud CAMPAGNOLO, 2008, p.71, tradução nossa).

Além disso, Menger encontra em Rossi algumas ideias compatíveis com sua pretensão realista, tendo o italiano sido creditado por entender os procedimentos transacionais melhor que Ricardo, o que causou um entusiasmo no economista austríaco, como pode ser visto em “De alguma forma, a rejeição da ‘abstração pela abstração’ é notada em Menger, que queria a ciência conectada aos *factos* realisticamente acessados” (CAMPAGNOLO, 2008, p. 72, tradução nossa), e “Menger tem esperança em um método realístico preciso de rastrear os associados e ‘tipificar’ seus comportamentos que, é claro, não são históricos” (CAMPAGNOLO, 2008, p. 72, tradução nossa), se referindo aos associados contratualmente em economias de mercado, e justificado por Campagnolo pelo desejo que o economista tinha de encontrar uma ferramenta de análise capaz de combinar o realismo e a causalidade, o que é sustentado pelas referências ao *Ética a Nicômaco*, nesse contexto (CAMPAGNOLO, 2008, p.72).

Chevalier, apesar de ser o terceiro economista francês mais citado por Menger totalizando 56 menções, foi menos admirado, mas teve importante papel para a construção de *insights* a respeito de sua teoria sobre capital e moeda, como Campagnolo cita, “... Menger forjou sua própria definição parcialmente através de preencher as lacunas que encontrou no livro didático de Chevalier” (CAMPAGNOLO, 2008, p. 74, tradução nossa). Apesar de Menger ter se interessado nas formas de sistemas de pagamento apresentadas pelo francês (CAMPAGNOLO, 2008, p. 74), seu desenvolvimento teórico no campo do capital e da moeda foi um desenvolvimento adequado das lacunas deixadas pelo mesmo, não uma adesão

completa, e, mesmo reconhecendo que a visão de Chevalier implicava em uma divergência entre a escola clássica britânica e os franceses, Menger rejeita ambos, por encontrar no francês uma análise fraca e, em Ricardo, uma abstração fora da realidade (CAMPAGNOLO, 2008, p.74).

Já Bastiat, conhecido por sua devoção ao *Laissez-Faire*, foi rejeitado pelo economista austríaco pelo motivo de rejeitar vieses na ciência, alegando que o líder dos ‘*économistes libéraux*’ defendia interesses políticos, como afirma Campagnolo:

... a questão é se Menger teria aceitado ser associado aos representantes do *Laissez-Faire*, como o líder dos ‘*économistes libéraux*’, Frédéric Bastiat. Isso deve ser examinado com base na evidência textual e mantendo em mente o princípio metodológico que Menger continuamente repetia: a ciência não pode servir a nenhuma dada causa política ou interesse de classe. (CAMPAGNOLO, 2008, p. 75, tradução nossa).

O problema metodológico que Menger enxerga em defender ideias partindo de vieses é o de misturar ‘o que é’ com ‘o que deveria ser’, como ele afirma em sua dura crítica ao economista francês (1871):

Bastiat, por um lado, e os socialistas, por outro, não querem expor as coisas, e respectivamente explicá-las como são, mas, ao contrário, eles seguem objetivos práticos, e o primeiro quer *legitimar a situação como ela se encontra* (o que não é uma preocupação científica), enquanto os últimos destacam injustiças gritantes, levando, assim, à distorção dos fatos, para não mencionar suas leis! Quanto a Bastiat, ele quer fundir as concepções que são fundamentalmente diferentes de ‘o que é’ e ‘o que poderia ser’. Esta é uma metodologia errada (acadêmicos socialistas, assim como os defensores do livre comércio na Alemanha!). Bastiat é apenas o defensor de uma causa [um advogado]. (apud CAMPAGNOLO, 2008, p. 75, tradução nossa).

A conclusão relevante da relação que Menger tinha com o papel de Bastiat como um autor de economia política não é a de que o polonês rejeitava o *Laissez-Faire*, mas sim a de que seu método de investigação rejeitava fundamentalmente os vieses no processo científico, inclusive, com a ressalva de que várias de suas conclusões, assim como o pensamento austríaco, de forma geral, concluem soluções de mercado. Campagnolo destaca a ‘pureza’ teórica defendida pelo austríaco: “Menger precisamente nos faz lembrar dessa condenação quando definiu os valores do economista austríaco como sendo “puros” e “neutros” em relação às causas, por mais nobres que possam ser” (CAMPAGNOLO, 2008, p. 76), reforçando que o método de Menger procura, fundamentalmente, rejeitar posturas enviesadas na investigação científica.

As influências do primeiro economista austríaco citadas até aqui são, com exceção de Aristóteles, representantes de ideias associadas à liberdade econômica e ao liberalismo de forma geral, porém, para além desse padrão, algumas de suas ideias, ou pelo menos convergências intelectuais, têm a mesma origem que as de seu debatedor: os economistas da tradição alemã. Já citado anteriormente, o economista alemão Karl Heinrich Rau era um dos mais famosos durante a carreira acadêmica do austríaco, ao ponto de ter sua obra *Lehrbuch der politischen Oekonomie*, ou Manual de Economia Política, republicada nove vezes (CAMPAGNOLO, 2008, p.67, tradução nossa), e, considerada por Brendan John o padrão ouro da economia por grande parte do século XIX, como ele afirma:

Rau também escreveu um manual em três volumes chamado *Lehrbuch der politischen Oekonomie*, publicado entre 1822 e 1837. Esse manual foi o padrão ouro da economia de 1826 até 1869, com uma última edição revisada publicada em 1876, período em que Menger ainda era um estudante. Além disso, ‘um estudante tão tardio quanto Wieser considerava que Rau seria o primeiro manual ao qual um acadêmico alemão recorreria.’ (JOHN, 2020, p. 10, tradução nossa).

Assim como Roscher foi considerado um proto-neoclássico, Rau também não escapa de rótulos que diferiam da tradição cameralista, não sendo reconhecido como um historicista (CAMPAGNOLO, 2008, p. 67), e até sendo considerado um liberal: “Rau foi outro economista liberal da Alemanha que, assim como von Storch, era fluente tanto em alemão quanto em francês.” (JOHN, 2020, p. 8, tradução nossa), o que é justificado por John pelo fato dele comentar muito bem a obra de Heinrich von Storch, economista russo-germânico que escrevia francês e defendeu diversas causas associadas com o liberalismo, além de defender a utilidade subjetiva (JOHN, 2020, p. 7). Brendan John argumenta que o domínio do francês por parte de Rau foi essencial para que Menger tivesse contato com as ideias de von Storch, que, por sua vez, se inspirou em Say, admitidamente, para escrever seu *Cours d'économie politique ou exposition des principes qui déterminent la prospérité des nations*, visto que o economista polonês não era fluente no idioma francês. Admirando tanto von Storch quanto Say, Rau também defendeu algumas das ideias opostas às dos economistas clássicos, entre elas a valoração subjetiva do consumidor e a rejeição da teoria de formação de preços definida pelos custos de produção. Contudo, são duas as evidências mais fortes da influência do economista alemão sobre Menger, sendo a primeira alguns dos princípios metodológicos em comum, como um método mais voltado ao indivíduo, como sugere John:

Rau claramente vê a troca no mercado como o veículo adequado para a distribuição, apesar de suas raízes clássicas, o que leva a um método econômico muito mais focado no indivíduo. Parece que isso de fato o

levou nessa direção, pois Rau mais tarde afirmaria que o princípio econômico era ‘o desejo de satisfazer as necessidades com o menor esforço possível.’. (JOHN, 2020, p. 10, tradução nossa).

Além dessa proximidade com o individualismo metodológico, Vladimir Avtonomov e Georgy Gloveli escrevem que “Rau combinou as abordagens dos cameralistas e da escola clássica, e dividiu a economia política em teórica (teoria universal abstrata da economia nacional) e aplicada (política econômica e ciência financeira).” (AVTONOMOV e GLOVELI, 2016, p. 186, tradução nossa), o que remete diretamente à separação entre as ciências econômicas históricas das teóricas defendida pelo austríaco. A segunda evidência é mais direta, onde John cita Streissler (1990) para indicar que a obra do alemão *Rau Handbuch der National-Wirtschaftslehre*, comentada por J. B. Say, influenciou Carl Menger diretamente:

Este *Handbuch*, traduzido e comentado por um economista liberal, escrito por um economista liberal que foi inspirado pelo economista liberal francês que era a face da tradição liberal francesa, tornaria-se uma das maiores influências sobre Carl Menger, fundador da escola austríaca. De fato, foi o livro “pelo qual Menger iniciou seus estudos sistemáticos no outono de 1867.”. (JOHN, 2020, p. 10, tradução nossa).

Além de John citando Streissler, Campagnolo também cita, indiretamente, Kauder ao dizer que “O livro de Rau foi utilizado como um rascunho anterior, de acordo com Kauder...” (CAMPAGNOLO, 2008, p. 68, tradução nossa), reforçando a tese de que Rau teria sido uma das mais importantes influências de Menger.

Por fim, não pode ser esquecida a influência dos mesmos autores que influenciaram Schmoller, pois são citados diversas vezes na obra de Menger. Não se pode dizer que havia grande convergência de ideias, mas Menger teve contato com vários economistas históricos alemães antes de escrever *Princípios de Economia Política*, o que é natural, visto que era a tradição que representava o pensamento alemão na época, além da influência mais direta já revisada inspirada nos escritos de Rau. Como já mencionado antes, a dedicatória de seu *magnum opus* é destinada a Roscher, que é citado diversas vezes na obra, e, entre essas menções, ele utiliza de Roscher e Hildebrand para descrever um estágio evolutivo da economia, que, no caso de Menger, aparece como uma descrição histórica mas com percepções denexo causal da teoria se estabelecendo na prática, como no trecho onde ele referencia o alemão para descrever tanto a história quanto a natureza do estágio no qual os artesãos produzem sob demanda:

O “industrial” ainda não fabrica nenhum produto sem destinação certa, porém está em condições de atender à demanda de seus clientes

de acordo com sua força de trabalho, na medida em que o cliente fica dispensado do trabalho de comprar a matéria-prima (o que geralmente seria para ele altamente antieconômico) e, respectivamente, de produzi-la. (MENGER, 1983, p. 272).

Outra convergência, mas esta, parcial, é a rejeição do arcabouço teórico clássico, o que leva Hildebrand e Knies a terem ideias cruas que remeteriam ao marginalismo:

O núcleo de verdade existente na doutrina de Hildebrand está na observação perspicaz e válida, para todos os tempos, de que o valor de uso dos bens aumenta quando diminui a quantidade disponível dos mesmos, e vice-versa. (MENGER, 1983, p. 161).

Knies não consegue estabelecer um princípio para determinar o valor de uso em sua forma concreta, embora se deva dizer que chega muito perto disso em uma passagem de seu estudo. (MENGER, 1983, p. 162 e 163).

Além disso, Menger utiliza da pesquisa histórica de Knies em uma citação direta em meio à elaboração de sua teoria sobre moeda e capital (1853, p. 87):

Em todas as nações encontramos um traço comum em seu desenvolvimento: em toda parte, o capital só conseguiu desenvolver mais sua força econômica após a introdução e o emprego cada vez mais difundido do dinheiro em metal, só conseguindo desenvolver todo o seu poder nos estágios culturais mais elevados. (apud MENGER, 1983, p. 183).

Portanto, é possível concluir que, apesar das divergências metodológicas fundamentais, os economistas historicistas alemães, além de rejeitarem a tradição inglesa smithiana, valorizavam um aspecto da economia, como campo amplo, que também era de extremo interesse do autor austríaco, que é o entendimento empírico da economia através da história, algo que a faceta realista de seu próprio método dava muito valor.

### 3.2.2 O PENSAMENTO E MÉTODO DE CARL MENGER

Como já citado em momento anterior, Menger separa todo o campo da economia em três ‘grupos de ciências’, que, segundo ele, se diferem essencialmente, eles sendo: i) as ciências históricas e a estatística econômica; ii) as ciências teóricas; iii) as ciências práticas (MENGER, 1985, p. 378 e 379). A primeira forma científica procura “investigar e descrever a natureza individual e a conexão individual dos fenômenos econômicos” (MENGER, 1985, p. 378 e 379), já a segunda tem como objetivo a investigação e descrição da natureza e conexão geral desses mesmos fenômenos (MENGER, 1985, p. 379), enquanto a terceira busca

compreender os fundamentos que possam levar a política econômica e a ciência das finanças às melhores decisões, tendo um caráter normativo, isto é, relativo a um ‘dever ser’ (MENGER, 1985, p. 378 e 379). A união da segunda e terceira formas científicas da economia, então, constituem completamente o conceito de economia política para o autor. Desta separação grupal, pode se perceber que enquanto as ciências práticas têm caráter e propósito normativo, as duas primeiras são de natureza descritiva, e podem ser interpretadas como duas diferentes orientações investigativas: empírica-realista ou exata-teórica (LOUZEK, 2011 ,p. 441 e 446).

A orientação empírica-realista pode ser resumida em “... organizar a totalidade dos fenômenos reais em formas empíricas definidas e, de maneira empírica, determinar as regularidades em sua coexistência e sucessão.” (MENGER, 1985, p. 56), pois, organizando a totalidade dos fenômenos, é possível identificar a presença de *tipos*, conceito descrito pela observação de certos fenômenos repetidos em algum grau de exatidão, levando a *formas fenomênicas* comuns identificáveis em variados casos, o que também pode ser estendido para as relações entre fenômenos, percebidas, também, como *típicas*. David Sanz Bas, Juan Morillo Bentué e M<sup>a</sup> Luisa Solé Moro escrevem que “A intenção do cientista ao usar essa orientação é examinar os «tipos reais» e as «relações típicas» (leis) dos fenômenos, conforme eles aparecem em sua «realidade empírica plena».” (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 403 e 404, tradução nossa), ou seja, Menger não apenas tinha apreço por uma abordagem empírica, mas também acreditava ser possível se chegar a leis fenomênicas através da identificação de tipos e relações típicas, o que também caracteriza seu realismo científico, por explicitar sua crença de que a ciência é capaz de descrever a realidade. Contudo, o economista considera essa orientação sujeita a falha por dois motivos, o primeiro sendo o fato de que os fenômenos econômicos não se repetem de forma precisa, e, o segundo, ocorrendo pelo fato de que os humanos agem, também, por razões não econômicas ou egoístas, e isso não é verificável empiricamente, levando à seguinte conclusão:

No mundo real, o investigador apenas pode ver o resultado final, e, portanto, não pode inferir com certeza se o resultado teria sido o mesmo caso os motivos dos agentes envolvidos fossem apenas puramente econômicos. Isso o impede, portanto, de conseguir construir «leis econômicas rigorosas ou exatas» apenas por meio da observação. (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 404, tradução nossa).

Os problemas pontuados pelo austríaco como próprios da abordagem empírico-realista não negam-na em si, mas o faz admitir que é um conhecimento formalmente incompleto, podendo ser considerado, então, imperfeito ou incerto. Portanto, quando se fala em ‘leis’, no



contexto de uma abordagem empírico-realista, trata-se da formulação de relações típicas identificadas ao reconhecer, em fenômenos singulares, ocorrências coexistentes repetidas. Bas, Bentué e Moro exemplificam leis empíricas citando a Lei de Engel, que descreve que acréscimos na renda tendem a reduzir o seu percentual despendido em alimentação, e a Lei de Wagner, que indica que o gasto público tende a aumentar mais que proporcionalmente em relação à produção, pois, em tese, o aumento da renda nacional estimula o crescimento da demanda por bens e serviços públicos.

Já a orientação exata-teórica, por outro lado, parte da intenção da investigação das origens dos fatores econômicos humanos, como Menger explica:

... a investigação dos fatores mais originais, os mais elementares da economia humana, a determinação da medida dos fenômenos em questão e a investigação das leis pelas quais formas mais complexas dos fenômenos da economia humana se desenvolvem a partir desses elementos mais simples. (MENGER, 1985, p. 63, tradução nossa).

Entre os fatores originais são citados as necessidades humanas, os bens oferecidos diretamente pela natureza aos humanos e o desejo pela mais completa satisfação das necessidades possível, todos presentes em situações particulares, independente da escolha humana (MENGER, 1985, p. 63). O economista austríaco, então, defende a redutibilidade e o isolamento como essenciais e necessários para tal abordagem:

A função da orientação exata da pesquisa teórica é nos informar sobre as leis pelas quais não a vida real em sua totalidade, mas os fenômenos mais complexos da economia humana se desenvolvem com base na situação dada, a partir desses fatores mais elementares da economia humana, isolados de outros fatores que exercem influência sobre os fenômenos humanos reais. (MENGER, 1985, p. 63, tradução nossa).

A economia como ciência exata-teórica, entretanto, deve seguir duas regras lógicas fundamentais para que suas conclusões se sustentem, sendo elas: i) qualquer incidente observado, mesmo que uma única vez, deve sempre ocorrer novamente sob as exatas mesmas condições, e, ii) fatores reconhecidos como irrelevantes a respeito de uma sucessão fenomênica em algum caso específico precisam permanecer irrelevantes sob condições iguais, o que é uma consequência da pretensão do polônês de chegar a formas absolutas do conhecimento, ou seja, as conclusões exigem *nexo causal* verdadeiro, e, por isso, é importante se isolar outros fatores que influenciam os fenômenos sob análise ao utilizar essa abordagem. Consequentemente, pode-se alcançar dedutivamente, a partir de ‘fatores originais’ simples e

da estrutura lógica da mente humana, resultados atemporais e absolutos, justificados pela natureza apriorística da abordagem exata-teórica (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 406).

As conclusões dessa forma metódica, entretanto, não são válidas para todas as formas do comportamento humano. Uma das críticas da escola histórica que Carl Menger se deparou foi a crítica ao ‘dogma do auto-interesse’, à qual o economista concorda, mas rejeita as conclusões por eles alcançadas. No início de sua exposição a respeito desse tema, ele reafirma os historicistas:

Ora, a experiência ensina-nos que os homens não se guiam exclusivamente por um único motivo, seja nas suas ações em geral, seja no seu comportamento econômico em particular. Juntamente com o auto-interesse, que, quando muito, se poderia considerar a mola real da economia humana, também contam o sentimento comunitário, o amor ao próximo, os costumes, o senso de justiça e muitos outros motivos; logo, é falso o pressuposto de que partem os economistas (anti-históricos) da escola smithiana. (MENGER, 1985, p. 371).

Além disso, ele adiciona à crítica ao *homo economicus* clássico a percepção de que, mesmo se o auto-interesse fosse, de fato, a única forma de comportamento humano, o modelo de agente racional smithiano ainda falharia ao ter outros dois dogmas como premissas: o da infalibilidade e o da onisciência (MENGER, 1985, p. 371). Entretanto, o objetivo dele ao concordar com os historicistas neste tópico não é apenas criticar a abordagem descuidada smithiana, mas, principalmente, criticar a conclusão formulada pela escola alemã:

Toda a orientação de investigação que vimos descrevendo seria, pois, falsa e anti empírica, e somente uma investigação purificada desses pressupostos errôneos poderia obter, no âmbito de nossa ciência, resultados de acordo com os fenômenos reais da economia. Tal é, mais ou menos, o argumento dos economistas da Escola Histórica Alemã para combater o “dogma do auto-interesse humano”. (MENGER, 1985, p. 371).

Em seguida, Menger ironiza a relevância da crítica e como não se pode tomá-la como uma forma definitiva para rejeitar-se todo o arcabouço teórico econômico desenvolvido há mais de cem anos, como no trecho:

Considerando uma revolução historicamente tão importante no campo das ciências sociais, pode parecer estranho, de certo modo, o fato de que aqueles erros pelos quais censuramos os cientistas no âmbito econômico estejam igualmente presentes em todos os demais campos da investigação teórica, sobretudo no das ciências naturais. Consequentemente, é também estranho que toda uma série de ciências teóricas se mostrem, a um exame mais atento, errôneas e sem valor, sem que até agora os nossos cientistas naturais não tenham sequer desconfiado disso. (MENGER, 1985, p. 372).

Para construir este argumento, o autor compara o dogma do auto-interesse com a ‘não empiricidade’ do estudo da química, afirmando que os elementos puros não são obtidos empiricamente, e que a química opera, também, através de fatores não empíricos, o que o leva à fazer a provocação:

Na opinião dos nossos historicistas, a química parte do dogma de que os elementos químicos e suas combinações apresentam-se, empiricamente, em toda a sua pureza, são idealmente mensuráveis com toda a precisão, e de que o ouro e o oxigênio apresentam-se como fenômenos reais e são exatamente iguais em todo tempo e lugar. (MENGER, 1985, p. 372).

Então, o economista, após fazer outra comparação semelhante, nesse segundo caso em relação à mecânica pura, esclarece seu ponto: há uma diferença entre o comportamento econômico e outras formas de comportamento humano, mas ele destaca a relevância deste em específico:

Entre as atividades humanas, estão aquelas (as econômicas) que se orientam para a previsão e a provisão de bens materiais (econômicos), e que são, de longe, as mais gerais e mais importantes; analogamente, entre os impulsos humanos, aquele que impele todo indivíduo a lutar por seu próprio bem-estar é, de longe, o mais geral e o mais poderoso. (MENGER, 1985, p. 373).

Por fim, ele menciona como Platão e Aristóteles utilizaram de pressupostos equivalentes para construir suas teorias sociais, ou como Smith também fez uso da mesma forma de abordagem. Apesar da rejeição provocativa, é importante enfatizar que o austríaco sistematicamente separava o comportamento humano como a forma de seu objeto de estudo, mas não o generalizou como os economistas clássicos fizeram, apesar de sua crença de que o auto-interesse era o mais relevante, o que implica que, na maior parte do tempo, os homens agem de forma econômica.

Apesar de Menger ressaltar a contraposição fundamentalmente existente entre as duas orientações por ele descritas (MENGER, 1985, p. 380), ele defendia tanto que “ambas as orientações visam nos ajudar a compreender, cada uma a seu modo, todos os fenômenos econômicos” (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 406) quanto que:

Em sua opinião, uma orientação só pode prevalecer sobre a outra se (por razões técnicas ou por falta de casos objetivos suficientes) a outra orientação não tiver obtido resultados. Essa predominância prevalecerá apenas por aquele momento e apenas enquanto durar essa deficiência. (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 406).

Portanto, é evidente que o austríaco não enaltece ou diminui a relevância ou utilidade de qualquer uma das abordagens, e, desta forma, consegue conciliar a análise causal ao realismo científico. Além disso, ele defende a melhor adequação de cada abordagem em função de sua respectiva complexidade:

Quanto mais complexo é um campo de fenômenos, mais difícil e abrangente é a tarefa de reduzir os fenômenos envolvidos aos seus elementos mais simples e de investigar o processo pelo qual os primeiros são construídos a partir dos últimos, conforme leis. Tanto mais difícil é alcançar um resultado pleno e satisfatório na pesquisa exata. Assim, torna-se compreensível que, assim como nas ciências naturais, apenas leis empíricas geralmente nos apareçam no campo da pesquisa social em relação aos fenômenos complexos; ao passo que, em relação aos fenômenos menos complexos da natureza e da vida humana, a compreensão exata alcança uma importância predominante. (MENGER, 1985, p. 68, tradução nossa).

Ao olhar para a principal obra de Menger, *Princípios de Economia Política*, é possível perceber, através da exposição de seus principais temas, o uso de suas abordagens e qual o sentido lógico de seus argumentos para chegar às suas conclusões. Entre suas ideias mais relevantes estão: sua leitura sobre a natureza dos bens e as causas do bem estar da humanidade, suas doutrinas sobre valor, troca e preço, sua concepção do surgimento do dinheiro, a ideia de que os fenômenos sociais surgem organicamente, entre outras.

Na seção de ‘nexo causal entre os bens’, Menger esclarece, logo no início, o tipo de abordagem que virá a ser utilizada para sua argumentação, e pode-se notar que se trata da orientação *exata-teórica*, como é a maior parte de sua obra:

Antes de tudo, parece-me de mais alta importância que, na Economia Política, se conheça com clareza o nexo causal dos bens: pois, como acontece em todas as outras ciências, o progresso verdadeiro e duradouro só terá início no momento em que considerarmos os objetos de nossa observação científica não mais simplesmente como fenômenos isolados, mas nos empenharmos em investigar o nexo causal que existe entre esses objetos e as leis que os regem. O pão que degustamos, a farinha da qual fazemos o pão, o trigo que trituramos para transformá-lo em farinha, o campo no qual cresce o trigo, todas essas coisas constituem bens. Mas esse conhecimento não é suficiente para nossa ciência; é necessário, como acontece com as demais ciências empíricas, que nos empenhemos em ordenar e concatenar as coisas segundo critérios internos, em conhecer o lugar que cada uma delas ocupa no encadeamento causal dos bens, e em pesquisar as leis que as comandam, sob esse aspecto. (MENGER, 1983, p. 61).

O termo *nexo causal* indica, justamente, a escolha de utilizar da ciência teórica para investigar o tema, pois a explicação a partir do entendimento da *causalidade* entre fenômenos

econômicos significa, para o autor, a alternativa apriorística e dedutiva de compreendê-los. Em sua doutrina sobre bens, o economista define quatro critérios para que algo passe a ter a qualidade de bem, sendo eles: i) a existência de uma necessidade humana; ii) possuir alguma qualidade capaz de criar um nexos causal entre tal necessidade e a satisfação desta; iii) o reconhecimento do homem deste nexos causal; iv) que o homem possa dispor dessa coisa para que sua utilização satisfaça, efetivamente, sua necessidade (MENGER, 1983, p. 57), e, a partir desse ponto, difere os bens em diferentes *ordens*, que, por sua vez, são definidas pelo grau de imediatismo das satisfações das necessidades. Menger exemplifica:

Se, por exemplo, possuímos a necessária quantidade de pão, está diretamente em nosso poder o atendimento à nossa necessidade de alimentação; portanto, o nexos causal entre o pão e a satisfação de uma de nossas necessidades é um nexos direto e imediato, não havendo dificuldade alguma em demonstrar que, no caso, o pão tem todas as características de um bem, com base nos princípios expostos no parágrafo anterior... Assim, observamos em nossos mercados, além do pão, e dentre outros bens capazes de satisfação imediata de nossas necessidades, igualmente quantidades de farinha, de combustíveis e de sal; observamos também, no comércio diário, os dispositivos e instrumentos que servem para fazer pão, como também a prestação de serviços qualificados, necessária para fazer o pão. Todas essas coisas – ou ao menos a grande maioria delas – não são capazes de atender direta e imediatamente às necessidades humanas... os bens de primeira ordem têm nexos causal e imediato com a satisfação de necessidades humanas, ao passo que os de segunda ordem têm nexos causal apenas indireto com a satisfação de tais necessidades. (MENGER, 1983, p. 62).

Essa lógica se estende para bens de terceira e quarta ordem, ou seja, os bens de terceira ordem estão ainda mais distantes de atender às satisfações humanas diretamente pois têm sua utilidade como bens para que se possa produzir os de segunda, e assim em diante. A partir de sua formalização da natureza dos bens, então, o polonês cria um argumento para contestar a tese smithiana que tenta explicar a progressão do bem estar dos homens levando apenas a divisão do trabalho em consideração, ao afirmar que esta prática seria apenas uma das causas deste fenômeno. Ele elabora seu argumento partindo de um *experimento mental*, similar por exemplo, à abordagem argumentativa de Turgot ao criar o cenário hipotético de Crusoé e Sexta-feira, como já mencionado, e inicia seu raciocínio a partir de uma tribo australiana hipotética. Seu argumento é iniciado supondo que essa tribo tenha um determinado nível de prática de se distribuir o trabalho, e que, cada vez mais, a divisão do trabalho se intensifique ao longo dos anos, o que, para o autor, de fato traria maior rendimento para o trabalho: “Obviamente, essa tribo – como qualquer outro povo – conseguirá, por esse

caminho, maior rendimento do trabalho, e portanto não deixará de melhorar sua situação, dentro das possibilidades de que dispõe” (MENGER, 1983, p. 80). Entretanto, ele defende que o desenvolvimento econômico pode se dar, também, e até mais intensamente, através do uso de bens de ordem superior:

... contudo, essa melhoria será muito diferente daquela que a divisão do trabalho produz, com efeito, em um povo economicamente desenvolvido. Se um povo, em lugar de dedicar-se simplesmente a atividades mais primitivas – isto é, limitando-se apenas a juntar e utilizar os bens disponíveis de ordem inferior (nos estágios mais primitivos, em geral os bens de primeira e de segunda ordem) –, começar a trabalhar com bens de terceira e quarta ordem, ou de outras ordens superiores, e para atender às suas necessidades recorrer sempre mais ao processamento de bens de ordem cada vez mais elevada, sobretudo se aplicar uma boa divisão do trabalho, certamente chegará àquele aumento de bem-estar que Adam Smith atribui exclusivamente à divisão do trabalho. (MENGER, 1983, p. 80).

Tratando de sua doutrina sobre valor, Menger explica que o valor de um bem existe em função de sua escassez e sua utilidade, este último apenas caso o usuário tenha um correto conhecimento da capacidade de atender às próprias necessidades. Utilizando de experimentos mentais, ele explica como a disponibilidade de um bem têm relação inversa em relação ao seu valor:

Para os habitantes de um oásis, que dispõem de uma fonte que atende plenamente às suas necessidades de água, não terá valor algum determinada quantidade dessa água. Se, porém, em decorrência de um terremoto, de repente a abundância de água fosse reduzida a ponto de os habitantes do oásis não disporem mais do suficiente para o atendimento pleno de suas necessidades, de sorte que o atendimento de cada necessidade concreta dependesse de uma porção determinada de água, essa quantidade determinada passaria imediatamente a ter valor para cada habitante. Esse valor desapareceria novamente, de imediato, no momento em que voltasse a existir a superabundância de água inicial (MENGER, 1983, p. 137).

Sua concepção de valor, então, implica que por mais que algo seja um bem, isto é, um objeto reconhecidamente capaz de satisfazer uma necessidade, ele não necessariamente tem valor, pois o valor é uma relação interior do homem em relação ao objeto, que não possui nenhum tipo de valor por si só, e, por isso, pode ser considerado uma manifestação subjetiva das mentes individuais, como ele defende:

O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto, só existe na consciência das pessoas em questão. É errôneo, pois, dizer que os bens

são um valor, quando o correto é dizer que têm (ou não têm) valor. (MENGER, 1983, p. 137).

Em relação ao dinheiro, Menger também utiliza da mesma forma exata-teórica para simular situações de tomada de decisão individual para defender que o uso de uma moeda como meio de permuta é, não apenas vantajoso, mas surge espontaneamente, contrariando a tese de que o estabelecimento de um meio comum de permuta seria uma convenção definida por autoridades, como ele conclui:

... é o interesse econômico de cada indivíduo que, aumentando nesse indivíduo a consciência desse interesse próprio e pessoal – e sem que haja qualquer acordo ou coerção legal, nem mesmo qualquer consideração de interesse público –, o leva a trocar suas mercadorias por outras mercadorias mais vendáveis, mesmo não necessitando diretamente destas para uso pessoal; (MENGER, 1983, p. 300).

A parte interessante de sua seção sobre o dinheiro é que ele também usa de sua abordagem empírica para fortalecer seu argumento, como mostram as notas de rodapé desta etapa da sua obra:

A associação entre dinheiro e gado – o meio de permuta mais antigo – aparece na maioria dos idiomas. No antigo dialeto alemão das regiões nórdicas *naut* significa, ao mesmo tempo, boi e dinheiro; também na antiga língua dos frisões, *sket* designa o gado e o dinheiro. O *faihu* dos godos, o *féoh* dos anglo-saxões, o *feh* da Nortúmbria, e os termos correspondentes em todos os outros dialetos germânicos são empregados, alternadamente, para designar gado, riqueza, patrimônio, dinheiro etc... A palavra do antigo idioma eslavo *skotum* = (alemão) *Vieh* (gado) significa, em sua forma diminutiva, no lituano (*skatikas* ou *skatiks*), o mesmo que pequenas moedas (centavos) (NESSEL-MANN. *Litauisches Woerterbuch*). A origem do termo latino *pecunia*, *peculium* etc., da palavra *pecus* (gado), já foi assinalada por muitos. É igualmente conhecida a lenda citada por Pollux, segundo a qual o dinheiro mais antigo dos atenienses se chamava *βους* (boi), designação que se teria conservado no dito *βους επι γλωττης*. (MENGER, 1983, p. 309).

Ao analisar a obra de Carl Menger, então, é possível concluir que o autor não era nenhum racionalista ou empirista, o que pode ser observado tanto em sua formalização metodológica em *Investigações sobre o Método das Ciências Sociais* quanto nas formas utilizadas para desenvolver suas teorias em suas obras, de forma geral. Contudo, é razoável concluir que, apesar de seu equivalente apreço por suas abordagens bem definidas e delimitadas, a maior parte de sua teoria é desenvolvida através da orientação exata-teórica, partindo de definições, conceitos e proposições simples e auto-evidentes, a fim de se chegar a

conhecimentos *gerais* a respeito dos fenômenos econômicos, o que não significa que a abordagem histórica seja menos importante.



#### 4. INTERPRETAÇÕES DO DEBATE E SUAS CONTROVÉRSIAS

Quando se fala sobre o que foi a *Methodenstreit* há bastante discordância entre os economistas e historiadores que estudaram o assunto. Podem ser pontuadas várias das interpretações existentes acerca do cerne das divergências entre o alemão e o polonês, sendo elas: i) a disputa entre um método abstrato-dedutivo ou um método empírico-indutivo; ii) a não compreensão dos argumentos dos debatedores entre si; iii) diferença entre as personalidades dos debatedores, isto é, suas preferências metodológicas pessoais; iv) a disputa entre escolas de pensamento levou a uma forma de euforia grupal, levando o debate para uma manifestação antagônica entre as escolas; v) uma disputa política sobre reforma social e política social; vi) uma disputa sobre o escopo da economia; vii) uma disputa entre a tradição aristotélica e a tradição neokantiana; viii) enquanto Menger teorizava sobre economia, Schmoller fazia um estudo sociológico. Essas concepções muitas vezes foram defendidas conjuntamente entre os estudiosos da batalha dos métodos, como, por exemplo, a interpretação de Schumpeter, que foi elaborada a partir da união dos pontos ii, iii e iv.

O ponto ‘i’ é defendido, por exemplo, por John Neville Keynes, pai de John Maynard Keynes, ao descrever o debate como uma disputa entre um método positivo, abstrato e dedutivo contra a alternativa historicista ética, realista e indutiva (KLOOSTER, 2022, p. 109). Essa leitura não é uma das mais aceitas, visto que os próprios debatedores discordaram dela explicitamente, como a passagem de Menger (1894, p. 279, apud KLOOSTER, 2022, p. 112, tradução nossa):

O conflito que surgiu entre a Escola Austríaca e parte dos economistas históricos na Alemanha não foi sobre método, no sentido usual da palavra. Embora os economistas históricos alemães sejam frequentemente referidos—também em trabalhos científicos—como representantes de uma abordagem indutiva e os economistas austríacos como representantes de uma abordagem dedutiva, isso não reflete os fatos sobre as posições relativas.

Da mesma forma, o alemão admite a validade da abstração e dedução: (1985, p. 280, apud KLOOSTER, 2022, p. 109, tradução nossa):

O que ele [Menger] diz sobre a permissibilidade de isolar fenômenos observados é, sem dúvida, verdadeiro; deve-se admitir que esse isolamento levou a grandes progressos em nossa ciência.

Apesar de ser seguro estabelecer que o debate, de fato, não teve a simplicidade sugerida por J. N. Keynes e outros economistas que compartilharam desta visão, é razoável interpretar que poderia haver algum nível de discordância na importância relativa da

abordagem conflituosa entre os dois, como admite Klooster em “Apesar de alguma discordância sobre a importância relativa dessas diferentes técnicas de investigação, isso não teve um papel destacado na *Methodenstreit* (a disputa metodológica).” (KLOOSTER, 2022, p. 109, tradução nossa), o que se relaciona com a interpretação ‘iii’.

Se tratando do ponto ‘ii’ o maior defensor foi Schumpeter, junto ao ‘iii’ e ‘iv’, onde ele argumenta que:

A primeira coisa a ser observada em todas as controvérsias entre grupos científicos é a grande quantidade de mal-entendidos mútuos que nelas ocorrem... Por isso, grande parte da luta é dirigida contra posições que são, de fato, fortalezas hostis apenas na imaginação do guerreiro, mas que, ao serem examinadas, revelam-se moinhos de vento inofensivos. (SCHUMPETER, 2006, p. 783, tradução nossa).

Além de Schumpeter, Jürgen Backhaus, Reginald Hansen e Keith Tribe “... afirmaram que a *Methodenstreit* girava em torno de diferenças de ênfase, exacerbadas por mal-entendidos sobre as posições de cada lado.” (KLOOSTER, 2022, p. 110). Apesar desta interpretação não ser incomum, pelo que foi visto até então neste trabalho pode ser defendido que ela não é suficiente, pois, de fato, pelo menos parte da discussão ocorreu com entendimento mútuo entre os adversários, como, por exemplo, a questão do *homo economicus*.

O terceiro (iii) ponto é levantado também pelo economista e historiador austríaco:

Em segundo lugar, essa situação é agravada pelo fato de que confrontos metodológicos são frequentemente confrontos de temperamentos e inclinações intelectuais. Foi assim em nosso caso. Existem, por assim dizer, temperamentos históricos e teóricos. Ou seja, há tipos de mente que se deleitam em todas as nuances dos processos históricos e dos padrões culturais individuais. Outros tipos preferem um teorema bem formulado acima de tudo. Precisamos de ambos. Mas eles não foram feitos para se apreciar mutuamente. Existe um paralelo para isso nas ciências físicas: experimentadores e teóricos nem sempre são os melhores amigos. (SCHUMPETER, 2006, p. 783, tradução nossa).

Ao lado de Schumpeter, Klooster cita que Tribe “mostra que Menger e Schmoller discordavam sobre suas preferências quanto ao modo de realizar pesquisas” (KLOOSTER, 2022, p. 110, tradução nossa), especificando que, enquanto o polonês procurava formular proposições idealizadas, Schmoller acreditava que coletar dados era indispensável para se fazer progresso científico. Essa visão não é completamente descartável também, mas é completamente aceitável afirmar que ela é, no mínimo, imprecisa, visto que, para Schmoller, a concepção da economia como um fenômeno isolado era rejeitada por seu fundamento

metodológico holístico, enquanto que, por outros motivos, Menger mostrou preferência por quaisquer de suas abordagens, justificando sua escolha da abordagem exata-empírica pela separação bem definida entre ciências históricas e ciências teóricas, preferindo explorar a economia teoricamente, mas, reconhecendo a possibilidade de chegar a conhecimento verdadeiro na pesquisa econômica através da coleta e compreensão de estatísticas econômicas e entendimento histórico. Portanto, é difícil sustentar que a questão preferencial pessoal teve tanto peso quanto foi defendido.

Em ‘iv’, este sustentado exclusivamente por Schumpeter entre a literatura conhecida neste trabalho, é o mais difícil de se defender. O austríaco compara escolas de pensamento a tribos em guerra, indiretamente, ao dizer que:

Em terceiro lugar, nunca devemos esquecer que as escolas genuínas são realidades sociológicas—seres vivos. Elas têm suas estruturas—relações entre líderes e seguidores—suas bandeiras, seus gritos de guerra, seus ânimos, seus interesses demasiadamente humanos. Seus antagonismos fazem parte da sociologia geral dos antagonismos de grupo e das lutas partidárias. Vitória e conquista, derrota e perda de terreno são, em si, valores para tais escolas e partem de suas próprias existências. (SCHUMPETER, 2006, p. 783, tradução nossa).

Este é seu último argumento para concluir que “Apesar de algumas contribuições para o esclarecimento dos fundamentos lógicos, a história dessa literatura é, em grande parte, uma história de energias desperdiçadas, que poderiam ter sido melhor aproveitadas.” (SCHUMPETER, 2006, p. 782, tradução nossa), indicando que ele considerou o *Methodenstreit*, em grande parte, um desperdício de energias com pouca utilidade. Esse argumento é, em sua maior parte, pouco convincente, visto que o austríaco foi o primeiro pensador de sua escola, ao mesmo tempo em que ele fundamentou parte de seu pensamento a partir de raízes comuns com seu adversário intelectual, como, por exemplo, o reconhecimento da importância do estudo institucional para a economia, assim como o apreço de ambos os debatedores por Karl Heinrich Rau.

A quinta (v) interpretação pontua um conflito de interesses políticos entre ambos os pensadores, que eram figuras influentes tanto na academia quanto na política. Enquanto Schmoller era um ativista pró reforma social, Menger advogava pelo *Laissez-Faire*, e Klooster menciona a exposição de Grimmer-Solem sobre: “Grimmer-Solem mostra que ambas as partes usaram ativamente suas posições acadêmicas e administrativas para frustrar as carreiras de seus oponentes.” (KLOOSTER, 2022, p. 110, tradução nossa). A conclusão de que a batalha dos métodos escondia um debate sobre a admissibilidade da reforma social e da

política social ativista foi defendida por Grimmer-Solem e Lionel Robbin (KLOOSTER, 2022, p. 111). Este tópico também pode ser considerado bastante difícil de se defender, como argumenta Klooster:

Primeiro, o fato de haver uma dimensão política na *Methodenstreit* não prova a ausência de desacordo em relação ao método científico. O desacordo político pode motivar posições metodológicas específicas, mesmo que sua justificativa seja formulada em termos de considerações científicas. Alternativamente, desacordos políticos e metodológicos podem coexistir. Segundo, se o debate era realmente, em sua essência, político, então por que nenhum envolvimento substancial sobre questões políticas entrou nele? (KLOOSTER, 2022, p. 111, tradução nossa).

Partindo para a sexta (vi) concepção, pode-se perceber uma coerência maior em relação às anteriores, por representar uma das mais relevantes facetas do debate: a questão do escopo. Shionoya argumenta que:

*Methodenstreit* foi um termo equivocado; a verdadeira questão foi sobre o escopo da ciência econômica. A diferença de método refletia apenas a diferença no escopo do objeto de estudo. A ciência histórica, que lida com a individualidade concreta dos fenômenos socioeconômicos em geral, e a ciência teórica, que trata de conceitos gerais para fenômenos econômicos limitados e isolados, exigem métodos completamente diferentes. (SHIONOYA, 2005, p. 17, tradução nossa).

O escopo foi definitivamente uma importante parte da discordância entre os autores, pois é um elemento que define algumas das premissas metodológicas que ambos autores tomaram, como a discussão entre a possibilidade de se isolar ou não um fenômeno em relação à sua análise, ou a questão da motivação do *homo economicus* aceito por cada um deles. Klooster compartilha desta visão, ao mesmo tempo que acredita que, implicitamente, a própria definição do escopo de cada autor era enviesada por suas respectivas posições políticas, como ele argumenta:

Naquela época, assim como agora, as escolhas sobre o objeto de estudo de disciplinas individuais em pesquisa e ensino tinham claras dimensões políticas. Para um liberal *laissez-faire* como Menger, fazia sentido focar na troca baseada em contratos nos mercados e nos mecanismos de preços como meios para uma alocação eficiente de bens. Em contraste, Schmoller era a favor de reformas sociais proativas, o que exigia a reforma de um conjunto mais amplo de condições legais e sociais para a satisfação das necessidades. De fato, Menger vincula diretamente o escopo à política nas *Investigações*, onde escreve sobre a desejabilidade de uma concepção de método científico que defendesse “as escolas e interesses econômicos existentes contra os exageros do pensamento reformista no campo da

economia, ... especialmente contra o socialismo” ([1883] 1985, p. 92f). (KLOOSTER, 2022, p. 112).

A hipótese levantada por Klooster, apesar de razoável, é admitidamente especulativa, o que significa que o autor procura buscar entender as motivações individuais para a preferência de cada autor em relação à delimitação do escopo científico, mas, o mesmo reconhece que “... questões de política não surgem no debate, nem a política está no centro da discussão. Em vez disso, o foco gira em torno do escopo.” (KLOOSTER, 2022, p. 112, tradução nossa). Voltando à discussão em torno do escopo, já foi visto que Schmoller sistematicamente rejeitava o isolamento completo dos fenômenos econômicos, alegando que o grau de abstração defendido pela abordagem teórica-exata do austríaco levava a conclusões também abstratas, enquanto Menger acreditava que apenas separando as duas abordagens era possível se chegar ao máximo conhecimento científico possível:

A partir de seu ideal de teoria exata, Menger argumenta que as regularidades descritas pelos economistas históricos nunca se manterão sem exceções e, portanto, têm menor valor científico. Elas fornecem apenas “resultados que são formalmente imperfeitos, por mais importantes e valiosos que possam ser para o conhecimento humano e a vida prática” (Menger [1883] 1985, p. 59). Para desenvolver uma teoria pura, as disciplinas teóricas precisam focar em um aspecto particular da realidade social. Segundo Menger, uma divisão do trabalho entre as ciências é a única maneira de encontrar teorias exatas que, juntas, descrevam a realidade como um todo ([1883] 1985, p. 62f). (KLOOSTER, 2022, p. 114 e 115, tradução nossa).

Portanto, não é absurdo afirmar que o ponto central da *Methodenstreit* foi o escopo. Entretanto, pode ser dito que é uma interpretação também insuficiente, como, por exemplo, Klooster (2022) tentou elucidar ao procurar causas fundamentais que precedem o tema ‘escopo’, assim como é possível argumentar que há uma relação entre escopo e método, o que não excluiria o método necessariamente do debate.

Quem levanta o sétimo (vii) ponto é Louzek, ao dizer que havia duas diferentes tradições filosóficas em jogo, sendo a de Menger atrelada ao pensamento filosófico austríaco vigente, citando Bolzano e Brentano, representando uma corrente essencialista e focada em lógica e de caráter neo-aristotélico e racionalista (LOUZEK, 2011, p. 452 e 453). Já a de Schmoller, Louzek descreve como:

Gustav Schmoller, como principal figura do que é conhecido como a fase mais jovem da escola histórica alemã, está enraizado em uma tradição nacional completamente diferente. Desde os tempos de Kant, a filosofia alemã teve uma orientação fortemente idealista (Kant,

Fichte, Schelling, Hegel). É verdade que, no século XIX, houve uma "reversão" do idealismo objetivo para uma posição oposta, como o materialismo (Feuerbach, Marx), mas surgiu um compromisso na forma do que se refere como o neokantismo alemão. (LOUZEK, 2011, p. 453).

A percepção de Louzek reforça o grau do impacto que as divergências filosóficas entre Hegel e Brentano, devido ao seu resgate da filosofia aristotélica de volta para o mainstream acadêmico alemão, tiveram na *Methodenstreit*. Tanto a abordagem exata-teórica de Carl Menger quanto a abordagem ético-histórica de Schmoller ocorrem como consequências do pensamento epistemológico mais influente sob cada um dos economistas, sendo elas um reflexo da busca pela forma das coisas ou de aceitar a doutrina das relações internas como uma condição válida. A maior implicação disto se dá na diferença entre individualismo e coletivismo metodológico destacada por Louzek: “Menger criou uma teoria econômica original, que se baseava no subjetivismo tradicional da economia alemã, mas substituiu seu coletivismo metodológico pelo individualismo metodológico.” (LOUZEK, 2011, p. 454, tradução nossa). Portanto, é razoável aceitar que a questão filosófica é não apenas basal para se compreender toda a batalha dos métodos, mas, também, a raiz de um ponto crucial de divergência intelectual entre os dois.

A oitava (viii) interpretação parte da ideia de que a diferença central entre os adversários é o escopo, então, assumindo que os pontos metodológicos entre os autores não eram necessariamente contrapostos, a divergência existente era sem sentido pois tratava de dois campos separados da economia. Implicitamente, Schumpeter conciliou o desenvolvimento das abordagens de Menger e Schmoller ao definir a ciência que tem como objeto de estudo as instituições e o método que mescla estatística, história e teoria como a sociologia econômica:

Schumpeter (1926) definiu o método histórico de Schmoller como o protótipo da sociologia econômica, a disciplina teórica voltada para o desenvolvimento das instituições em termos de interações entre indivíduos. Mais tarde, Schumpeter conceituou a sociologia econômica como a generalização, tipificação e estilização da história por meio da análise institucional e a posicionou como uma das quatro disciplinas da economia, ao lado da teoria, da história e da estatística (Schumpeter 2006, p. 20). (SHIONOYA, 2005, p. 5 e 6, tradução nossa).

Aceitar que a análise institucional constitui um tipo de ciência diferente, mas não necessariamente inválido, das ciências econômicas teóricas levou Schumpeter a essa conclusão sobre o debate, ao defender a necessidade de se encontrar uma área do

conhecimento na qual fosse possível conciliar teoria e história, definindo a economia sociológica como (1926, p. 369 e 37): “um campo especial que, devido à natureza de seu objeto, não é apenas uma disciplina detalhada e de coleta de material, mas também uma disciplina teórica” (apud SHIONOYA, 2005, p. 19, tradução nossa). Essa interpretação se aproxima bem do que foi o debate, mas compõe apenas uma parte superficial dele, pois ignora as divergências fundamentais epistemológicas que causaram a ruptura de Menger em relação ao coletivismo metodológico que tornava as posições de ambos os economistas irreconciliável, como exposto em ‘vii’.

Levando em consideração as interpretações mais comuns acerca da *Methodenstreit*, é evidente que algumas delas podem ser aceitas em conjunto com outras, ao mesmo tempo que nenhuma delas é suficiente para compreender a disputa em sua totalidade. Na tentativa de se construir uma síntese capaz de explicar os fundamentos que levam às divergências aparentes na disputa, então, é necessário pontuar quais as diferenças cruciais entre os pensamentos filosóficos, científicos e metodológicos dos autores: i) doutrina das relações internas *versus* isolamento; ii) individualismo metodológico *versus* coletivismo metodológico; iii) causalidade *versus* teleologia; iv) realismo *versus* nominalismo; v) *homo economicus* auto-interessado *versus* *homo economicus* ético; vi) a separação entre ciências teóricas e ciências históricas *versus* a precedência das ciências históricas às teóricas; vii) generalização *versus* individualidade. Para buscar compreender, então, a relação entre todas essas divergências, é necessário entender o ponto de partida de cada autor.

Enquanto Schmoller optava por um monismo metodológico, isto é, a exclusividade de apenas uma abordagem metodológica como válida, Menger era um dualista metodológico, ou seja, ele defendia que havia duas abordagens para se desenvolver, cientificamente, o estudo da economia. O posicionamento do alemão ocorre pois aceitar a (i) doutrina das relações internas significa aceitar que toda substância existente existe em relação às outras substâncias existentes conectadas a ela mesma, e, por isso, a prática de se isolar (i) fenômenos econômicos precisa ser sistematicamente rejeitada, visto que os fenômenos econômicos acontecem, na realidade, conectados a outros. Essa visão de Schmoller o leva a defender o (iv) nominalismo como consequência, já que a particularidade de cada fenômeno é justamente sua qualidade que o impossibilita, partindo de ‘i’, a aceitação da existência de universais (iv) unidos pela sua forma, no sentido aristotélico, o que Shionoya vê como uma falha no método do alemão:

Embora, em princípio, Schmoller não negasse a teoria, ele, de fato, permanecia um empirista ingênuo, pois não possuía uma posição

metodológica coerente. Ao considerar a natureza da formação de conceitos, ele defendia o nominalismo em detrimento do realismo e argumentava que os conceitos são meios auxiliares para organizar o pensamento, e não uma cópia perfeita da realidade (1911, p. 467–68). Como a abstração significava para ele um desvio da realidade, ele não conseguia naturalmente atribuir qualquer status real aos conceitos. (SHIONOYA, 2005, p. 107, tradução nossa).

Além disso, Menger propôs especificamente uma forma realista (iv) de conceber a sua abordagem empírica, então, mesmo se tratando especificamente de uma investigação histórico-estatística há divergência entre ambos, no sentido que o polonês acreditava que sua orientação empírico-realista era capaz de descrever a realidade, enquanto Schmoller acreditava que qualquer forma de abstração é um desvio da mesma.

Outra consequência direta de ‘i’ é a questão do individualismo *versus* coletivismo metodológicos (ii), pois, enquanto para Schmoller não se pode compreender um fenômeno sem se compreender a totalidade dos fenômenos conectados a ele, caracterizando seu holismo, para Menger é absurdo procurar nexos causais (iii) verdadeiros entre agregados sociais:

No entanto, para Menger, o que era errôneo era o uso de construções sociais ou agregadas, como nação ou sociedade. Para o austríaco, essa era uma abordagem metodológica "coletivista". Como ele disse: “A nação, como tal, não é um grande sujeito que tem necessidades, que trabalha, pratica economia e consome; e o que se chama de ‘economia nacional’ não é, portanto, a economia de uma nação no verdadeiro sentido da palavra.”. (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 412, tradução nossa).

A divergência ‘ii’, então, é responsável por levar ao ponto ‘iii’, pois, ao se presumir que é necessário compreender o geral para que se possa conhecer o particular, o holismo é logicamente inevitável, ao mesmo tempo que a rejeição da possibilidade de se conhecer algo sem conhecer a totalidade a ele conectada (i), a própria noção de ‘causalidade’ pode ser adequadamente substituída pela noção de ‘teleologia’, como explica Shionoya:

Sob a perspectiva teleológica kantiana, presume-se que a sociedade possui certos fins que são explicados como se as ações humanas e os sistemas sociais pudessem funcionar de forma espontânea e recíproca para alcançar esses fins, com base na relação teleológica entre fins e meios. Se uma sociedade puder ser considerada uma entidade unificada com seus próprios fins — em outras palavras, se o holismo puder ser presumido —, uma investigação teleológica é útil para fazer uma avaliação do mundo ao nosso redor em termos da relação entre fins e meios. Como os valores morais devem governar a sociedade como um todo, a teleologia é eficaz no estudo de organizações institucionais que incorporam a ética. (SHIONOYA, 2005, p. 7, tradução nossa).



Schmoller afirmou que a abordagem ética não visa apenas ao reconhecimento de fatos morais, mas também é formulada em uma forma teleológica. A teleologia é contrastada com a causalidade. Na explicação de um fenômeno, a teleologia foca na relação entre um fim e os meios, e não entre uma causa e seus efeitos. A teleologia apela a objetivos na explicação das ações humanas e dos sistemas sociais. Se uma sociedade, um grupo de indivíduos, pode ser considerada uma entidade unificada com seus próprios objetivos — em outras palavras, se o holismo pode ser assumido —, a investigação teleológica é possível. (SHIONOYA, 2005, p. 23, tradução nossa).

Assim como ‘ii’, ‘iii’ e ‘iv’ são escolhas ou consequências filosóficas derivadas diretamente de ‘i’, o mesmo pode ser dito sobre ‘vi’ e ‘vii’, visto que na ótica da doutrina das relações internas seria absurdo separar a ciência econômica da histórica (vi), pois seria uma tentativa de procurar entender um fenômeno de forma isolada de outro fenômeno codependente, ao mesmo tempo em que, para Menger, a única forma de se compreender a essência das relações entre os fenômenos seria analisando sua causa, e, por isso, é importante abstrair fenômenos sistematicamente (vi) e simplificá-los de forma que seja possível a compreensão lógica deles, concebendo as ciências econômicas em sua forma teórica. No caso de ‘vii’, Schmoller apenas acreditava em generalização caso fosse possível ter uma quantidade de estatísticas e entendimento histórico suficiente para criar um consenso entre os economistas, que poderia ser chamado de ‘lei’, enquanto que, para o austríaco, a orientação empírica-realista, que trata do conhecimento adquirido através da história e análise estatística, pode apenas levar a conclusões sobre o aspecto individual dos fenômenos. Disso, entende-se que o alemão acreditava que a empiria possibilita o entendimento geral, enquanto Menger tinha a crença de que o entendimento geral independe da empiria, e, assim, de todos os aspectos observáveis materialmente, o que consiste em, mais uma vez, a aceitação ou rejeição de ‘i’, e também configura o ponto em que o debate mais se aproximou de ser uma disputa entre indução e dedução.

Em último lugar, a questão da natureza do agente econômico (v) defendida por cada escola é um dos pontos mais discutidos na *Methodenstreit*, e é, também, outra consequência de ‘i’. Isto porque enquanto o *homo economicus* ético-histórico é motivado por diversas instituições como a moral, as leis e várias outras instituições condicionando simultaneamente o indivíduo, para o austríaco, o homem auto-interessado, apesar de não absoluto, representa a maior parte do padrão comportamental humano, visto que o impulso para suprir as próprias necessidades é natural ao homem. Enquanto o primeiro não tenta definir uma forma singular de comportamento econômico, o segundo admite, como hipótese, um ideal de comportamento

econômico que independe de outras formas de coerção institucional, o que é metodologicamente inaceitável na perspectiva da doutrina das relações internas (i).

Portanto, após analisar tanto as perspectivas de interpretação da disputa entre os dois economistas quanto suas diferenças, diretamente ou de forma tangencial, metodológicas, é possível se chegar a uma conclusão mais sólida a respeito da questão “sobre o que foi a *Methodenstreit*?”. Ao se considerar as interpretações do debate, pode-se rejeitar as hipóteses ‘ii’, ‘iv’, ‘v’, rejeitar parcialmente ‘i’, ‘iii’, ‘viii’ e aceitar ‘vi’, ‘vii’. As três primeiras não dizem respeito a método ou a ciência, e já foi visto que os argumentos não passam de especulações sem base historiográfica ao se olhar tanto os debatedores quanto suas influências, enquanto as rejeitadas parcialmente tangenciam o assunto no que toca o método, em ‘i’ e ‘iii’, e no que toca o escopo em ‘viii’. Já o último grupo diz respeito ao escopo, e ao método e escopo ao mesmo tempo, respectivamente. Portanto, é possível concluir que a *Methodenstreit* pode ser reduzida a escopo e método.

Pensando então nas divergências chave entre Menger e Schmoller, pode-se afirmar que a origem da divergência entre ambos foi, justamente, a questão filosófica de ‘i’. Ao mesmo tempo que a doutrina das relações internas nega, sistematicamente, princípios e escolhas metodológicas do austríaco, como o individualismo metodológico (ii), a análise causal (iii), o realismo (iv), o *homo economicus* auto-interessado (v) e a generalização abstrata (vii), ela também nega, de forma sistemática, a escolha do escopo (vi) ao negar a separação entre ciências teóricas e históricas. Além disso, pode-se dizer que algumas escolhas metodológicas também se relacionam com o escopo, pois um método individual (ii) vai, naturalmente, tratar de um escopo menor em relação à concepção alternativa por negar, por princípio, os agregados sociais (ii). Assim como a forma teleológica (iii) parte da premissa de que a sociedade age conjuntamente como unidade e com seus próprios fins, ou seja, o escopo exigido teleologicamente parte de um agregado social (ii). Paralelamente, a definição mais ampla do escopo também leva os historicistas a, necessariamente, negar o *homo economicus* auto-interessado (v), visto que fatores sociais têm forte peso sobre o comportamento humano, o que consiste em uma escolha metodológica resultante do escopo, da mesma forma que rejeitar a separação entre as ciências teóricas e históricas (vi) implica em admitir um holismo metodológico, ou seja, o método, mais uma vez, ocorrendo como consequência do escopo.

O que pode ser entendido disso, em primeiro lugar, é que escopo e método estão inter-relacionados, e, em segundo lugar, que ambos partem de uma contradição original filosófica. Portanto, apesar de os temas centrais da *Methodenstreit* terem sido, de fato, discordâncias essencialmente metodológicas ou relacionadas ao escopo, pode-se argumentar que o cerne das

divergências está nas diferenças de concepções ontológicas e epistemológicas adotadas por Schmoller e Menger, que, respectivamente, são resultado direto da tradição idealista alemã *versus* a tradição neo aristotélica de Brentano, que, apesar de serem incompatíveis no que diz respeito ao método, possuem, simultaneamente, outras origens filosóficas comuns, como o subjetivismo dos idealistas alemães.

## 5. O LEGADO INTELECTUAL DA *METHODENSTREIT*

A *Methodenstreit* entre Menger e Schmoller também divide opiniões em relação ao legado resultante, pois, ao mesmo tempo que foi importante para elucidar questões metodológicas que acabaram por revolucionar as ciências econômicas à época, se tratando de duas alternativas ao objetivismo clássico, ele também causou uma ruptura acadêmica com consequências fortes para as duas escolas envolvidas.

No trecho citado por Schumpeter ao fim do tópico 2.2, onde ele alega que o debate causou um caminho na literatura que demoraria anos para se reverter, ele faz referência a algumas das consequências negativas que ficaram para a história (SCHUMPETER, 2006, p. 782). Primeiramente, a *Methodenstreit* continuou entre os alunos dos debatedores, chegando a serem publicados “dúzias e dúzias” de artigos entre os economistas de ambas as escolas na década posterior à última publicação de um dos líderes, 1884 (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 402), além da criação do termo ‘Escola Austríaca’ por parte dos historicistas: “Surpreendentemente, foram os historicistas que chamaram Menger e seus discípulos de “Escola Austríaca” em uma tentativa de fazê-los parecer “provincianos”.” (BAS, BENTUÉ, MORO, 2020, p. 402, tradução nossa). Em segundo lugar, houve o banimento dos economistas austríacos das universidades alemãs até a década de 1920: “... economistas da Escola Austríaca foram banidos das universidades na Alemanha até pelo menos a década de 1920.” (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 402). Ademais, a observação feita por Hayek descreve o clima que se instaurou na academia após a carta final de Schmoller, o que fez com que o pensamento econômico alemão resistisse às ideias austríacas, que se tornavam mais populares pelo mundo na mesma época:

Efetivamente, Schmoller chegou ao ponto de declarar publicamente que os membros da Escola “abstrata” não tinham qualificação para ensinar em uma universidade alemã, e a influência dessa declaração de Schmoller foi tão grande, que isso levou à exclusão efetiva de todos os seguidores da Escola de Menger de qualquer atividade acadêmica na Alemanha. Trinta anos depois do término da controvérsia, a Alemanha ainda era, dentre os países importantes do mundo, o que menos se deixara influenciar pelas novas ideias, que a essa altura triunfavam em toda parte. (HAYEK, 1983, introdução).

Por fim, Louzek, além de citar alguns autores que argumentam que a *Methodenstreit* foi inútil, também alega que essa seria a ‘interpretação clássica’, apesar dele mesmo discordar disso posteriormente:

Existem várias interpretações da *Methodenstreit* na literatura. As interpretações econômicas clássicas são apresentadas por Eugen von Böhm-Bawerk (1890: 244-271), J. N. Keynes (1891: 5-31) e J. Schumpeter (1972: 814-815). Esses autores afirmam que a primeira batalha de métodos foi exagerada e desnecessária. As interpretações clássicas sugerem que não há diferenças programáticas significativas entre Menger e Schmoller que justificassem tamanha intensidade do debate. (LOUZEK, 2011, p. 451, tradução nossa).

Apesar disso, algumas consequências positivas foram reconhecidas por estudiosos do debate, como o próprio Schumpeter, que admite: “Apesar de algumas contribuições para o esclarecimento dos fundamentos lógicos...” (SCHUMPETER, 2006, p. 782, tradução nossa). Além deste leve reconhecimento, algumas alegações realmente colocam o resultado como positivo, como:

No entanto, em contraste, consideramos que esse debate trouxe múltiplos benefícios. Em primeiro lugar, essa controvérsia é de grande interesse, pois representa a defesa da importância de encontrar o caminho correto para se aproximar da verdade científica no campo das Ciências Econômicas. Em segundo lugar, como pudemos constatar, muitas das ideias consideradas nessa disputa ainda surgem nos debates atuais sobre metodologia científica. Por fim, um benefício adicional desse episódio histórico foi que, como costuma ocorrer em debates prolongados, a *Methodenstreit* foi útil tanto para os historicistas quanto para os economistas austríacos, proporcionando-lhes tempo para aperfeiçoar e desenvolver suas posições metodológicas. Assim, contribuiu para o aprimoramento de sua produção científica. (BAS, BENTUÉ e MORO, 2020, p. 419, tradução nossa).

Louzek também foi um dos que reconheceu a importância da batalha dos métodos ao escrever, após sua exposição sobre as diferentes interpretações, em tom conclusivo, que “A discussão pessoal entre Menger e Schmoller é apenas uma pequena faísca nesta profunda e fundamental transformação da metodologia econômica.” (LOUZEK, 2011, p. 455, tradução nossa). Em último lugar, Klooster faz interessantes observações ao defender que houve, de fato, substância intelectual no início do debate, ao mesmo tempo que houve evolução do pensamento dos autores durante as trocas de argumentos:

Argumentei que suas fases iniciais giraram em torno de um ponto substancial e mutuamente reconhecido de discordância. Enquanto Menger acreditava que a ciência econômica deveria se concentrar em bens disponíveis, necessidades dadas e nas escolhas feitas por agentes econômicos idealizados, Schmoller rejeitava tal restrição no escopo da disciplina. É importante destacar que a posição de ambas as partes evoluiu ao longo do debate. Em *Princípios*, Menger ainda não aborda explicitamente o ethos profissional do economista. Nesse sentido, os argumentos de Menger em *Investigações* podem ser entendidos como

uma resposta coerente à análise de Schmoller de 1874. (KLOOSTER, 2022, p. 121, tradução nossa).

Além das consequências diretas do debate, o próprio fato dele ter ocorrido influenciou autores a investigar a questão do método mais a fundo. Por um lado, Shionoya argumenta que Weber e Schumpeter tentaram conciliar teoria e história, um problema que ganhou muita visibilidade por causa da *Methodenstreit* (SHIONOYA, 2001, p. 48), e escreve que, de fato, o debate influenciou o segundo a publicar uma obra sobre metodologia:

Em 1908, Schumpeter publicou *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*, uma recapitulação da economia neoclássica nos moldes da teoria do equilíbrio geral de Léon Walras. O livro era uma obra metodológica que buscava contribuir para a solução da *Methodenstreit* entre Carl Menger e Gustav von Schmoller. Schumpeter adaptou de forma engenhosa a filosofia da ciência de Ernst Mach para a economia e desenvolveu a metodologia econômica do instrumentalismo, visão segundo a qual teorias não são descrições, mas instrumentos para obter resultados úteis e não podem ser consideradas verdadeiras ou falsas (Shionoya 1990a). Segundo essa metodologia, não faz sentido discutir a superioridade dos métodos históricos e teóricos, pois ambos são projetados para fins distintos. O trabalho metodológico de Schumpeter pode ser comparado ao de Max Weber, que também se dedicava à solução do conflito entre teoria e história naquela época. (SHIONOYA, 2001, p. 55, tradução nossa).

Outro autor que escreveu sobre metodologia sob a influência da *Methodenstreit* foi John Neville Keynes ao tentar compreender o debate, como já visto neste trabalho. Louzek escreve que “ele teve um importante papel na disseminação do termo na interpretação anglo-saxã clássica” (LOUZEK, 2011, p. 440, tradução nossa) ao comentar sobre o nome ‘*Methodenstreit*’.

Alguns autores defendem que os métodos tanto de Weber quanto de Schumpeter foram influenciados por Schmoller, e, no caso do primeiro, também por Menger:

Do estudo da obra de Weber é difícil definir qual o seu posicionamento em relação à disputa metodológica, por apresentar afinidades intelectuais com ambos os lados. De maneira simplificada, pode-se observar que, em termos da definição do objeto de estudo da Ciência Econômica, Weber encontrava-se mais próximo de Schmoller. Todavia, apesar de não ter se envolvido diretamente na *Methodenstreit*, Weber posicionou-se claramente contra Schmoller e a Escola Histórica na chamada Batalha dos Juízos de Valor (*Werturteilstreit*). Sendo assim, apesar da tentativa de alguns manuais de História do Pensamento Econômico de enquadrá-lo dentro da vertente histórica, seu posicionamento em termos metodológicos aproxima-se muito mais da concepção de Menger e da Escola Austríaca. Um elemento que coloca Weber ao lado dos austríacos e de

Menger, particularmente, é o fato de estes lançarem mão do recurso do individualismo metodológico (ou método analítico-compositivo, como referido por Menger) como base para suas teorias sociais. Dessa forma, ambos partem da premissa de que os fenômenos sociais podem ser explicados a partir do comportamento individual. Embora a sociologia weberiana trate de fenômenos coletivos, esses devem ser entendidos como conjunto das ações de indivíduos relacionando-se reciprocamente. (FILHO e EICK, 2015, p. 2).

Apesar das divergências destacadas por Hélio Filho e Luis Eick, há também semelhanças, como defende o próprio Schumpeter ao dizer que Weber poderia ser considerado um sucessor de Schmoller em uma suposta ‘Mais Nova Escola Histórica’ (SCHUMPETER, 2006, p. 784). O argumento do austríaco é baseado no fato de Weber ter tido grande impacto no surgimento da sociologia econômica, e exalta a ideia do sociólogo de que a análise econômica institucional estar em um campo distinto da economia teórica esclarece questões metodológicas (SCHUMPETER, 2006, p. 787). Já Shionoya escreve:

Enquanto Schmoller havia elaborado um programa de pesquisa distintivo para a economia, bem como uma vasta pesquisa histórica que dependia de uma profunda crença na economia histórica, tanto Weber quanto Schumpeter, como os sucessores criativos da Escola Histórica Alemã, desenvolveram uma metodologia característica que contribuiu para a resolução teórica, se não prática, da *Methodenstreit* (a controvérsia sobre o método entre Schmoller e Carl Menger, ou entre história e teoria) e exploraram o campo único da sociologia econômica ou *Sozialökonomik*, que foi metodologicamente projetado para a síntese de história e teoria. (SHIONOYA, 2001, introdução, tradução nossa).

A influência de Schumpeter por Schmoller é mais evidente que a exercida sobre Weber, provavelmente pela admiração que tinha pelo líder da Escola Historicista devido ao seu trabalho como idealizador de um método que propunha compreender fenômenos econômicos pelo entendimento institucional:

Ele avaliou especialmente o programa de pesquisa de Schmoller, líder da Escola Histórica mais jovem, como um protótipo de “sociologia econômica”, que ele definiu como “uma espécie de história econômica generalizada, tipificada ou estilizada” (1954a, 20). Especificamente, a sociologia econômica, como veremos mais adiante, é o estudo de fatores institucionais que são tratados como dados não econômicos na teoria econômica e, assim, busca abordar o desenvolvimento sociocultural como um todo. A admiração de Schumpeter por Walras e Marx é amplamente conhecida, mas ele deu tanta atenção séria a Schmoller quanto aos outros. (SHIONOYA, 2001, p. 97, tradução nossa).

A relação de Schumpeter e Menger já é um pouco mais complexa, pois, apesar de o polonês ter o apreço do austríaco, como defende Jacob Viner (2006, p. 899):

São as partes substanciais do livro que ele dedica à exposição, avaliação e elogio da análise econômica de Cantillon, Quesnay, Marx, Jevons, Menger e Böhm-Bawerk, Cournot e Walras — e, de forma menos entusiasmada, de Adam Smith, Marshall e Fisher. (apud PERLMAN, introdução, tradução nossa).

Além disso, o sociólogo também defende a separação das disciplinas convergindo com a opinião do fundador da escola de Viena, contudo, rejeita seu realismo e essencialismo científico (SHIONOYA, 2001, p. 97) por acreditar que a ciência é incapaz de descrever a realidade, propondo o instrumentalismo como alternativa científica, isto é, a noção de que a ciência deve ser concebida como um instrumento para se interpretar a realidade.

Pensando então nas escolas de pensamento, Menger influenciou diretamente seus alunos Eugen von Böhm Bawerk e Friedrich Freiherr von Wieser, que, inclusive, podem ser considerados co-fundadores (SCHUMPETER, 2006, p. 811). Partindo do subjetivismo e isolacionismo de Menger, Böhm Bawerk foi responsável por elaborar uma teoria sobre juro e capital que partia de seu conceito de preferência temporal, e sua obra se tornou uma referência no tema para a Escola Austríaca, influenciando futuros autores a aperfeiçoarem-na (DE SOTO, 2010, p. 69). Já no caso de Wieser, ele é criticado por Mises por, supostamente, não ter compreendido a concepção subjetivista austríaca, e, por isso, sendo rotulado como influenciado pela Escola de Lausanne, associada ao equilíbrio geral de Walras e Pareto (DE SOTO, 2010, p. 86). Entretanto, o entendimento mais comum é o de que Wieser foi, de fato, um membro da escola, contribuindo com o desenvolvimento de duas teorias de seu professor, sendo, a primeira, o argumento do valor de Menger, e, a segunda, a teoria dos custos e distribuição, tema o qual Menger possuía não mais que esboços (SCHUMPETER, 2006, p. 815).

Após essa primeira geração de economistas, a Escola Austríaca alcançou vários discípulos, sendo, os mais prominentes, Ludwig Von Mises e Friedrich August von Hayek. Mises foi responsável por revolucionar o método austríaco ao desenvolver o método praxeológico, que procura compreender a lógica da ação humana, uma forma diretamente relacionada com o escopo da orientação exata proposta por Menger, mas foi mais radical ao negar a possibilidade de se compreender a cataláxia, termo criado pelo primeiro definido como ‘a teoria da economia de mercado’, a partir de qualquer tipo de orientação empírica. Além disso, ele também foi muito conhecido por suas críticas às ideias socialistas. Já o segundo, é um grande admirador do primeiro líder de sua escola; Hayek (1952, p. 30):



... provavelmente não é exagero afirmar que todos e cada um dos avanços mais importantes na teoria econômica que tiveram lugar durante os últimos cem anos foram o resultado de uma aplicação consistente da concepção subjetivista. (apud DE SOTO, 2010, p. 60).

O vencedor do Nobel de 1974 também se inspirou na teoria do polonês em sua análise institucional e do direito evolucionista e orgânica, como escreve De Soto:

Os Princípios de Economia Política de Menger constituíram um livro muito avançado para o seu tempo: nele, não só se deu entrada ao importante papel que têm na economia real o conceito de tempo, a ignorância, o conhecimento empresarial, o erro como algo inseparável da ação humana, os bens complementares que paulatinamente se vão acoplando no processo de mercado e os desequilíbrios e mudanças contínuas que caracterizam qualquer mercado real, como, para além de tudo isto, se introduziu toda uma incipiente teoria sobre a origem e a evolução das instituições sociais, que posteriormente Hayek se encarregaria de desenvolver até às suas últimas consequências. (DE SOTO, 2010, p. 63).

Por fim, Hayek foi responsável por formular, ao lado de Mises, a Teoria Austríaca dos ciclos econômicos, a fim de explicar as causas dos ciclos econômicos através do formalismo verbal herdado de Menger, além da teoria do capital e preferência temporal herdadas de Böhm Bawerk.

Além das figuras mais conhecidas da Escola Austríaca, vários outros economistas também desenvolveram teorias formuladas por Menger ou pelos seus discípulos, diretos ou indiretos, ou foram responsáveis por novas formulações teóricas e a exploração de outras áreas do conhecimento a partir do método austríaco. O impacto intelectual causado pela escola de pensamento chegou aos EUA logo no início do século XX, tendo sido impulsionada por dois dos alunos de Mises: “Neste renascimento da Escola austríaca tiveram um papel protagonista dois dos alunos mais brilhantes que Mises teve nos Estados Unidos: Murray N. Rothbard e Israel M. Kirzner” (DE SOTO, 2010, p. 138), e foi justamente nas Américas que surgiu o *Mises Institute*, um *think tank* de pensamento austríaco fundado em 1982, e hoje se situa no Alabama. Por fim, entre as ideias mais marcantes dos economistas austríacos se destacam: o subjetivismo, o empreendedor criativo substituindo o *homo economicus*, a informação subjetiva, o formalismo verbal e a possibilidade de erro dos agentes econômicos.

No caso da Escola Historicista Alemã, além das contribuições já expostas de Wagner, com sua Lei dos Dispendios Públicos, e de Engel, com sua Curva de Engel, ambas leis empíricas formuladas por economistas da escola alemã, Schumpeter destaca as contribuições de Lujó Brentano, Karl Bücher, Adolf Held e Georg Friedrich Knapp (SCHUMPETER, 2006,

p. 777). O primeiro, professor nas universidades de Berlim e Munique ao lado de Wagner e Schmoller, apesar de ser um membro da escola e adotar o mesmo método, teve um posicionamento político diferente da maioria de seus colegas:

...Lujo Brentano (1840–1931), o membro mais liberal e anglófilo da jovem Escola Histórica Alemã (EHA) e um orador carismático, não pôde comparecer à reunião de Frankfurt por motivos de saúde. Embora fosse amigo de longa data de Schmoller, Brentano discordava fortemente da mudança de posição de Schmoller sobre a questão do comércio. Ele estava profundamente convencido de que a economia industrializada alemã precisava do livre comércio para fornecer alimentos baratos aos trabalhadores, como ocorreu na Grã-Bretanha após a abolição definitiva das leis do trigo, e para gerar mercados de exportação para bens industriais. (HAGEMANN, 2016, p. 231, tradução nossa).

Hagemann também cita que L. Brentano foi um dos poucos economistas de sua escola a utilizar dos escritos de Marshall em seu trabalho, além de ter traduzido a obra do inglês para o alemão e escrever o prefácio da versão anglófona. (HAGEMANN, 2016, p. 231).

Já Bücher ficou marcado por sua teoria de estágios, sendo um dos responsáveis pela transição entre a ‘nova escola histórica’ e a ‘mais nova escola histórica’:

Até onde sabemos, ninguém jamais estudou os desenvolvimentos paralelos da Escola Histórica Alemã (GHS) e do Marxismo Russo entre 1893 e 1904. Foi um período em que a GHS estava transitando de monografias histórico-econômicas meticulosas para uma demonstração marcante do que a síntese poderia realizar. Karl Bücher propôs um esquema generalizado da evolução econômica da Europa Ocidental em sua obra *Entstehung der Volkswirtschaft* (Bücher, 1893). Este foi o ponto de inflexão, como Schumpeter o chamou, da "jovem" para a "mais jovem" Escola Histórica. (AVTONOMOV e GLOVELI, 2016, p. 193, tradução nossa).

O professor da universidade de Leipzig foi bastante estudado na Rússia, tanto por ter investigado a questão das formas industriais passadas e presentes do país quanto por ter chamado a atenção dos marxistas do império por sua teoria de estágios:

A teoria das etapas do desenvolvimento econômico (Bücher, Sombart e outros) desempenhou um papel central nas discussões politicamente relevantes sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia. As ideias da mais jovem Escola Histórica Alemã influenciaram o discurso marxista e pós-marxista russo (Struve, Tugan-Baranovsky, Bulgakov). (AVTONOMOV e GLOVELI, 2016, p. 201, tradução nossa).

Seu *Die Entstehung der Volkswirtschaft* foi impresso mais vezes que qualquer outra obra de outros economistas do ocidente (AVTONOMOV e GLOVELI, 2016, p. 195).

O terceiro representante citado por Schumpeter, Held, também tem sua relevância no panorama acadêmico russo, mas principalmente por causa de seu trabalho histórico: “Nas décadas de 1890 e 1900, editoras russas lançaram quase todas as obras mais conhecidas sobre a história da indústria inglesa escritas por historiadores econômicos ocidentais, como Adolf Held...” (AVTONOMOV e GLOVELI, 2016, p. 196), como reforçam Grimmer-Solem e Romani ao destacar seu pioneirismo no estudo da revolução industrial inglesa (GRIMMER-SOLEM e ROMANI, 1998, p. 272).

O último dos citados estudou diversos temas diferentes. Schumpeter destaca sua contribuição para o estudo histórico da agricultura (SCHUMPETER, 2006, p. 778), e ressalta a qualidade de sua pesquisa:

A análise de Knapp não apenas criou o padrão básico para uma ampla literatura, como também seus principais resultados passaram a integrar o fluxo comum do ensino econômico. É lamentável que seja impossível transmitir, em um esboço como este, o que poderia ser chamado de a mensagem geral de uma obra desse tipo. O equilíbrio admirável de Knapp entre uma visão abrangente e uma pesquisa detalhada, por exemplo, é algo que pode ser sentido e, ao ser sentido, até aprendido com ele, mas não pode ser descrito em poucas frases. (SCHUMPETER, 2006, p. 779, tradução nossa).

Considerado um liberal inclinado ao conservadorismo, seu trabalho foi tanto histórico quanto teórico, e, no segundo caso, ficou famoso por sua teoria estatal da moeda. (GRIMMER-SOLEM e ROMANI, 1998, p. 272). Além disso, Günther Chaloupek destaca seu trabalho histórico sobre a emancipação camponesa:

Na tradição da Escola Histórica Alemã (GHS), em particular do trabalho de Knapp sobre a emancipação camponesa e a reforma agrária na Prússia, ele escreveu um estudo volumoso sobre a emancipação camponesa e a dissolução da sujeição hereditária nas terras da coroa austríaca da Boêmia, Morávia e Silésia (Grünberg, 1894). (CHALOUPEK, 2016, p. 4).

Além de Weber, Schumpeter também considerou outros dois economistas como formadores da ‘mais nova escola histórica’: Arthur Spiethoff e Werner Sombart. O primeiro, assistente de Schmoller, e com uma reputação internacional marcada pela sua pesquisa no campo dos ciclos de negócios (SCHUMPETER, 2006, p. 784), tem seu vínculo intelectual com a escola histórica pela sua forma de investigação das particularidades, como argumenta o austríaco:

Os preceitos fundamentais de Schmoller se manifestavam em sua abordagem a um problema da seguinte maneira: no início de cada um de seus grandes projetos de pesquisa mencionados acima, havia um

aparato conceitual simples, construído com cuidado, mas com o objetivo de ser adequado à investigação específica, em vez de buscar um refinamento por si só. (SCHUMPETER, 2006, p. 785, tradução nossa).

Na conclusão de seu argumento, Schumpeter aponta que, apesar da pesquisa de Spiethoff permanecer dentro dos limites tradicionais das ciências econômicas, ao contrário do holismo proposto por Schmoller, seu cuidado com as particularidades fez com que ele conseguisse desenvolver ‘teorias realistas’ (SCHUMPETER, 2006, p. 785).

Sombart, por sua vez, desenvolve uma forma distinta tanto de Spiethoff quanto de Schmoller, que Schumpeter descreve como “É uma visão do processo histórico que possui uma qualidade artística e é inserida na esfera da ciência ao ser alimentada por fatos históricos e expressa por meio de um esquema analítico primitivo.” (SCHUMPETER, 2006, p. 786, tradução nossa). O austríaco considera essa abordagem um terceiro tipo de síntese histórica da escola de pensamento, e explica-a da seguinte maneira:

... trata-se de hipóteses explicativas sugeridas pelos fatos. No entanto, suas teorias não são exclusivamente, ou mesmo principalmente, econômicas. Um empreendimento como o de Sombart desafia a compartimentalização. Todos os fatores operantes na totalidade do processo histórico entram e devem entrar. (SCHUMPETER, 2006, p. 786, tradução nossa).

Por fim, a última influência intelectual a ser destacada é Thorstein Veblen, pai fundador da economia institucional. O sociólogo foi um crítico de várias das correntes de pensamento econômico existentes em sua época, inclusive da escola alemã, mas, viu em Schmoller um desenvolvimento teórico mais moderno que em seus predecessores, como Roscher e Wagner (CAVALIERI, 2015, p. 11). A relação entre a concepção das economias schmolleriana e vebleniana não é tão simples, visto que o americano acreditava que as ciências econômicas ainda não tinham se livrado de seu viés teleológico, como as outras áreas do conhecimento já haviam feito (CAVALIERI, 2015, p. 14). Entretanto, partindo da dicotomia de Veblen na qual ele separa as ciências em pré-evolucionárias e pós-evolucionárias, e, sistematicamente rejeitando abordagens pré-evolucionárias na investigação científica econômica, Veblen aprecia a obra de Schmoller ao considerá-lo mais próximo dos pós-evolucionários, mesmo com seu aspecto teleológico. Marco Cavalieri escreve:

A transformação da Escola Histórica em Schmoller foi apresentada como uma atenuação, ou até mesmo uma “relativa ausência”, dos caracteres teleológicos inscritos nas formulações anteriores (Veblen, 1901, p. 79). O Gundriss de Schmoller foi bastante elogiado por

Veblen, que admitia a economia do alemão como, por vezes, formulada em termos genuinamente pós-darwinistas... Schmoller estudava a etnologia, a psicologia e a formação da cultura para entender os métodos de organização social, e daí os hábitos que se tornam instituições socioeconômicas, como a família, a divisão do trabalho e das classes sociais, a propriedade e o aparecimento das empresas e das corporações. Isso era, segundo Veblen, um estudo das origens e da evolução, da persistência e da variação das instituições. (CAVALIERI, 2015, p. 27).

Tendo em vista que na economia de Veblen é necessário conhecer os hábitos de pensamento para que se possa conhecer algum determinado tempo histórico, e, que, a origem e a forma destes estão relacionadas com o ambiente social, cultural e tecnológico em que se inserem os indivíduos (CAVALIERI, 2015, p. 20), é evidente que a visão metodológica de Schmoller, que visava compreender o papel das instituições na economia, é compatível. Vale ressaltar que a teleologia em Schmoller não se sobrepõe à pesquisa histórica e à análise institucional, e, por isso, provavelmente, Veblen o considerou um pós-evolucionista.

## 6. CONCLUSÃO

Pode se dizer que a *Methodenstreit* teve um papel importantíssimo para a evolução da metodologia da economia na história do pensamento econômico, e isso pode ser afirmado por algumas razões, entre elas: i) a introdução da concepção subjetivista da filosofia idealista alemã nas questões epistemológicas das ciências econômicas, sendo elas, anteriormente, um elemento paradigmático no cenário vigente do pensamento econômico; ii) o esclarecimento trazido para todos os estudiosos do debate em tudo que tange o método, como as questões mais novas, como a sugestão de novos agentes econômicos modelo e a análise institucional, ou as mais antigas, como a discussão teleológica; iii) as novas escolas e formas de pensamento econômico que surgiram como consequência das rupturas intelectuais propostas pelos debatedores e sua escola, como a economia institucional, a sociologia econômica e a praxeologia austríaca.

Entretanto, também deve se reconhecer que o debate, apesar de ter, pelo menos implicitamente, um rico conteúdo intelectual, e, de fato, discordâncias fundamentais, não ocorreu de forma diretamente esclarecedora. As consequências negativas não são poucas, mas alguns dos que se propuseram a estudar o que há de conteúdo dentro dos argumentos de ambas as escolas e pensamento foram influenciados e utilizaram do entendimento particular metodológico dos autores para desenvolver o próprio método, como fizeram Schumpeter ou Weber.

Em relação à interpretação do debate, a conclusão de que as divergências fundamentais entre os autores era filosófica é a mais pertinente, o que não significa que ela é suficiente para se explicar o motivo por trás de toda a discussão, visto que os temas filosóficos não chegaram a ser diretamente discutidos e que as implicações delas levam a desdobramentos parciais de outras das sugestões feitas com o propósito de se explicar o que estava sendo discutido. Mesmo as hipóteses rejeitadas podem ser repensadas em campo mais especulativo, como, por exemplo, as motivações políticas por trás dos pensamentos dos autores, em um nível mais discreto, por mais que não entrasse para a discussão.

Além disso, foi possível traçar, com um bom grau de segurança, que as principais influências dos autores no que tange suas metodologias foram, de fato, produtos tanto do neoaristotelismo trazido de volta à popularidade por Brentano para a filosofia continental, no caso de Menger, quanto do idealismo incrustado no pensamento filosófico alemão vigente, no caso de Schmoller. Apesar disso, essas ideias se mesclaram com outras na formação de seus métodos, o que levou a novas ideias para a economia e a sociologia de formas que nunca

havam sido pensadas anteriormente, o que moldou a identidade dessas duas importantes escolas de pensamento.

Em último lugar, é possível argumentar que o entendimento filosófico é essencial para o desenvolvimento metodológico econômico. O motivo de Carl Menger e Gustav Von Schmoller terem deixado um legado tão relevante dentro das ciências econômicas foi o fato de terem sido tão cuidadosos na elaboração de seus métodos, o que pode ser sustentado pelo fato de que suas metodologias foram estudadas por nomes como Weber, Schumpeter, Veblen, Hayek, e etc, e, isso, não por acaso, já que várias de suas premissas partiram de tradições filosóficas bem entendidas por ambos, o que os permitiu sistematizar de forma tão coerente e coesa suas propostas metodológicas revolucionárias e anti-paradigmáticas.

Portanto, conclui-se que a Batalha dos Métodos foi não somente sobre métodos, mas também algumas outras nuances filosóficas, e, apesar de ter causado um impacto negativo na relação acadêmica entre os economistas alemães e austríacos, acabou por ser o objeto de estudo de estudiosos do pensamento econômico, o que enfatiza a relevância dessa ocorrência para os economistas atuais. Por isso, é seguro dizer que sim, a *Methodenstreit* reforça a importância de se discutir metodologia dentro das ciências econômicas, e, conseqüentemente, a importância de se entender filosofia para um economista.

## REFERÊNCIAS

AVTONOMOV, Vladimir e GLOVELI Georgy. The influence of the German Historical School on economic theory and economic thought in Russia. In: CARDOSO, José Luís e PSALIDOPOUDOS, Michaelis (Org.). **The German Historical School and European Economic Thought**. Abingdon: Routledge, 2016.

BAS, David Sanz; BENTUÉ, Juan Morillo; MORO, M<sup>a</sup> Luisa Solé. Carl Menger and the birth of subjective methodology in the Economic Science. **Anuario Jurídico y Económico Escurialense**, San Lorenzo de el Escorial, 2020, p. 397 - 424.

CAMPAGNOLO, Gilles. Origins of Menger's thought in French liberal economists. **The Review of Austrian Economics**, Fairfax County, volume 22, jul. 2008, p. 53 - 79.

CARDOSO, José Luís. **The German Historical School and European Economic Thought**. Abingdon-On-Thames: Routledge, 2006.

CAVALIERI, Marco Antônio Ribas. Thorstein Veblen entre seus pares economistas: um estudo sobre a audiência e a estrutura argumentativa de sua crítica sistemática ao pensamento econômico. **Nova Economia**, Belo Horizonte, volume 25, n<sup>o</sup> 1, jan. - abr. 2015, p. 11 - 34.

CHALOUPEK, Günther. The impact of the German Historical School on the evolution of economic thought in Austria. In: CARDOSO, José Luís e PSALIDOPOUDOS, Michaelis (Org.). **The German Historical School and European Economic Thought**. Abingdon: Routledge, 2016.

DE SOTO, Jesus Huerta. **A Escola Austríaca**. André Azevedo Alves (Trad.) São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

DIAS, Lucas Cardoso Corrêa. **Gustav Schmoller: O Método Histórico da Economia Política**. Belo Horizonte, 2016. 44 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Minas Gerais.

FILHO, Hélio Afonso de Aguiar. Max Weber, John Neville Keynes e o *Methodenstreit*: disputa e conciliação metodológica. **A Economia em Revista**, Maringá, volume 24, n<sup>o</sup> 2, dez. 2016, p. 1 - 15.

GRIMMER-SOLEM, Erik; ROMANI, Roberto. The Historical School, 1870-1900: A Cross-national Reassessment. **History of European Ideas**, St. Andrews, volume 24, jul. 1998, p. 267 - 299.

GORDON, David. The Philosophical Origins of Austrian Economics. In: MISES UNIVERSITY SUMMER PROGRAM, 1994, Palo Alto.

HAGEMANN, Harald. Concluding Remarks. In: CARDOSO, José Luís e PSALIDOPOUDOS, Michaelis (Org.). **The German Historical School and European Economic Thought**. Abingdon: Routledge, 2016.



IKEDA, Yukihiro. The German Historical School: Toward the Integration of the Social Sciences. **Journal of Economic Literature**.

JOHN, Brendan. From Say to Menger: The Evolution from French Liberalism to Austrian Tradition. In: AUSTRIAN STUDENT SCHOLARS CONFERENCE, 2020, Grove City, **History of Economic Thought to 1870**, Grove City College, p. 1 - 13.

KLOOSTER, Jens Van. Marginalism and Scope in the Early *Methodenstreit*. **Journal of the History of Economic Thought**, Cambridge, volume 44, nº 1, mar. 2022, p. 105 - 124.

KOBAYASHI, Jun. Karl Knies's conception of political economy: the logical status of Analogie and Sitte. In: SHIONOYA, Yuichi (Org.). **The German Historical School: The Historical and Ethical Approach to Economics**. Londres: Routledge, 2002.

KRAMEŠ, Jaroslav. The Methodenstreit Between the German Historical School and Czech Economic Thought in the Czechoslovak Republic. In: THE 13th INTERNATIONAL DAYS OF STATISTICS AND ECONOMICS, 2019, Praga.

LINDENFELD, David F. **The Practical Imagination: The German Sciences of State in Nineteenth Century**. University of Chicago Press, 1997.

LÖW, Débora Ayala. **Der Methodenstreit: A Batalha dos Métodos**. Porto Alegre, 2008. 65 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LOUZEK, Marek. The Battle of Methods in Economics. **The American Journal of Economics and Sociology**. Wiley, Nova Jersey, volume 70, nº 2, abr. 2011, p. 439 - 463.

MENGER, Carl. Economia como Ciência Teórica e suas Relações com as Ciências Econômicas Históricas e Práticas – Parte 1. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, São Paulo, volume 1, nº 2, jul. - dez. 2013, p. 376 - 386. Davi J. Dias (Trad.).

MENGER, Carl. Economia como Ciência Teórica e suas Relações com as Ciências Econômicas Históricas e Práticas – Parte 2. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, São Paulo, volume 2, nº 1, jan. - jun. 2014, p. 55 - 67. Davi J. Dias (Trad.).

MENGER, Carl. Economia como Ciência Teórica e suas Relações com as Ciências Econômicas Históricas e Práticas – Parte 3. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, São Paulo, volume 2, nº 2, jul. - dez. 2014, p. 365 - 377. Davi J. Dias (Trad.).

MENGER, Carl. **Investigations into the Method of the Social Sciences**. Nova Iorque: New York University Press, 1985.

MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. Luiz João Baraúna (Trad.) São Paulo: Editora Abril, 1983.

ROTHBARD, Murray. **Economic Thought Before Adam Smith**: An Austrian Perspective on the History of Economic Thought. Auburn: Edward Elgar Publishing Ltd., 2006.

ROTHBARD, Murray. O Brilhantismo de Turgot – Parte I. **Revista Interdisciplinar de MISES: Filosofia, Direito e Economia**, São Paulo, volume 3, nº 1, jan. - jun. 2015, p. 187 - 197. Márcia Xavier Brito (Trad.).

SCHUMPETER, Joseph Alois. **History of Economic Analysis**. Abingdon-On-Thames: Taylor & Francis, 2006.

SHIONOYA, Yuichi. **The Soul of the German Historic School**: Methodological Essays on Schmoller, Weber and Schumpeter. Tóquio: University of Erfurt e University of Strathclyde, 2005.

SLENZOK, Norbert e TUROWSKI, Krzysztof. Non-Aristotelian Elements in Carl Menger's Methodology. **History of Political Economy**, Durham, volume 57, nº 1, set. 2024, p. 129 - 160.

TAMURA, Shin'ichi. Gustav von Schmoller and Werner Sombart: a contrast in the historico-ethical method and social policy. In: SHIONOYA, Yuichi (Org.). **The German Historical School**: The Historical and Ethical Approach to Economics. Londres: Routledge, 2002.

YAMAWAKI, Naoshi. Walter Eucken and Wilhelm Röpke: a reappraisal of their economic thought and the policy of ordoliberalism. In: SHIONOYA, Yuichi (Org.). **The German Historical School**: The Historical and Ethical Approach to Economics. Londres: Routledge, 2002.